

*Syngenta
Previ*

Abril/2020

Sociedade de Previdência Privada
31 anos com você

RELATÓRIO ANUAL
2019



syngenta

Índice

Mensagem da Diretoria-Executiva	3
Destaques do ano	5
Educação Financeira e Previdenciária	11
Gestão Administrativa	13
Gestão dos Investimentos	16
Gestão Contábil	25
Gestão Atuarial	49
Pareceres da Administração	64
Glossário	72

Mensagem da Diretoria-Executiva



Mensagem da Diretoria-Executiva

Neste momento em que as preocupações mundiais se voltam para a pandemia do coronavírus, a Syngenta Previ apresenta a você o Relatório Anual de Informações referente ao exercício de 2019.

São boas as notícias que trazemos, como você verá, fruto de uma administração transparente e comprometida com a melhoria constante de seu plano de previdência. Na gestão de investimentos, o saldo de sua conta valorizou-se acima da inflação e da caderneta de poupança.

No ano, o perfil Agressivo ganhou 22,87%, o Moderado, 21,02%, o Conservador, 16,63% e o Superconservador, 7,97%. Foi o melhor desempenho dos perfis Agressivo e Moderado dos últimos 10 anos. Veja os resultados em longo prazo na seção Gestão de Investimentos deste Relatório.

A Syngenta Previ ganhou solidez em 2019. As equipes de Sementes (ex-Nidera) foram integradas ao plano, que passou a ser um só para todos. Agora somamos 3.433 participantes, que são os donos do patrimônio de R\$ 1,4 bilhão, com significativo acréscimo sobre o ano anterior.

A Entidade também está mais perto de você. Nosso APP foi instalado nos celulares de mais de 1.000 participantes, que ganharam mobilidade e podem controlar sua conta em qualquer lugar do mundo. E você ainda poderá acessar um website renovado, mais elegante e funcional, nos próximos meses. Aguarde.

A educação financeira e previdenciária faz parte de nosso cotidiano. Ao longo do ano, os cursos do programa Futuro Sustentável foram frequentados por 173 participantes, nas modalidades presencial e online.

No fim do ano, a aprovação da Nova Previdência pública (INSS), fundamental para o crescimento sustentável do país, afetou a todos os assalariados. Diante de vários questionamentos, a Syngenta Previ promoveu uma palestra de esclarecimento com um especialista no tema, que tirou dúvidas e ressaltou a importância do planejamento para o futuro.

A administração cuidadosa da Syngenta Previ é reconhecida pelos participantes. Cerca de 20% dos contribuintes depositam também Contribuição Voluntária, indicando que o plano é um porto seguro para seu dinheiro. E os funcionários da Syngenta consideram a companhia uma das 20 Melhores Empresas para Trabalhar, citando nosso plano de previdência entre seus motivos.

Neste ano repleto de desafios, prosseguimos em nosso objetivo de oferecer um plano cada vez melhor a você. Dê sua opinião e acompanhe as novidades pelo site www.syngentaprevi.com.br e também por nosso perfil no Facebook. Responda também à nossa Pesquisa de Satisfação. Nosso compromisso é com você.

Boa leitura.

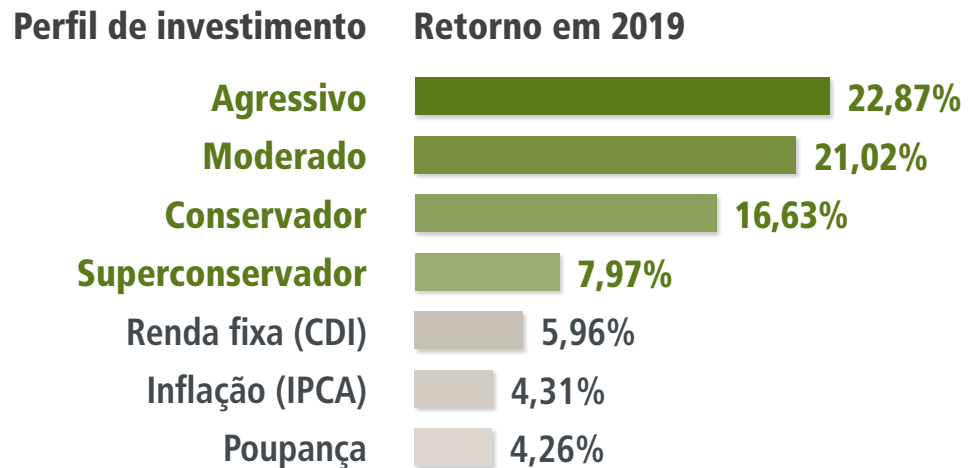
Os fatos mais relevantes do ano, que fizeram sua Entidade de previdência privada elevar a qualidade da administração, dos investimentos, da comunicação, do atendimento, da fiscalização e do pagamento de benefícios, com o objetivo de prestar um serviço de excelência a você.

Destques do ano



Rentabilidade recorde

O retorno dos investimentos da Syngenta Previ se destacou entre os fundos de pensão em 2019. Nos perfis Agressivo e Moderado, o desempenho foi o **melhor dos últimos 10 anos**.



Participantes do plano

Em 2019, as equipes de **Sementes (ex-Nidera)** foram integradas à Syngenta Previ. Agora temos um só plano de previdência para todos, que reúne 3.433 participantes distribuídos da seguinte forma:



Participantes ativos: Funcionários das patrocinadoras contribuintes ao plano.

Assistidos: Participantes recebendo aposentadoria pela Entidade.

Autopatrocinados: Ex-participantes que optaram por continuar contribuindo ao plano.

BPD (vinculado): Ex-participantes que optaram por deixar os recursos na Entidade até completar a idade de aposentadoria.

O Plano de Benefícios Syngenta é patrocinado pela empresa Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.

ARRECADAÇÃO

R\$ 62,40 milhões

Foi o total arrecadado com contribuições de participantes e patrocinadoras.

PAGAMENTOS

R\$ 46,20 milhões

Foram pagos a participantes na forma de benefícios e resgates do plano.



Patrimônio social

É a soma que garante sua aposentadoria, constituída de contribuições de participantes e patrocinadoras e do resultado dos investimentos, menos pagamento de benefícios e despesas administrativas. Com patrimônio de R\$ 1,4 bilhão, a Syngenta Previ finaliza 2019 entre os **100 maiores fundos de pensão** do Brasil, segundo o ranking da Abrapp, a associação do setor.

Ano	Em R\$ mil	Varição
2019	1.425.225	19,21%
2018	1.195.523	10,03%

Mais perto de você

O aplicativo da Syngenta Previ está presente em mais de **1.000 celulares**. Com ele, você tem mobilidade e pode controlar sua conta em qualquer lugar do mundo. Baixe grátis em sua loja de APP. E em breve você terá um website renovado, mais elegante e funcional, para receber informações do plano e acessar sua conta.



Educação financeira

Os cursos de educação financeira do programa Futuro Sustentável foram frequentados por **173 participantes**. Os interessados em poupar e investir melhor podem procurar a seção Cursos no site da Syngenta Previ.



Empréstimo ao participante

Precisa de dinheiro? Aqui você pode tomar um empréstimo com juros de 1% ao mês. No ano passado, **342 participantes** recorreram a essa facilidade da Syngenta Previ. Mas atenção que o crédito deve ser utilizado com consciência, para sair de uma situação de urgência e iniciar sua recuperação financeira. Saiba mais em <https://dinheirofuturo.com.br/syngentaprevi/pra-voce/programa-de-emprestimo/>.



Plano reconhecido

Nosso plano de previdência foi citado como um dos motivos da classificação da Syngenta entre as **20 Melhores Empresas** para Trabalhar no país, segundo o ranking do Glassdoor Brasil, divulgado na rede LinkedIn no ano passado. A classificação foi obtida com as respostas dos funcionários a uma pesquisa nas empresas.



Contribuição Voluntária

Também sinal de reconhecimento é o fato de **20% dos participantes** depositarem Contribuição Voluntária, indicando confiança na gestão diferenciada do plano. Você também pode fazer uma Contribuição Voluntária mensal ou esporádica. Veja como no APP ou na seção Formulários do site, neste link: <https://dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/pra-voce/formularios/>.



Comunicação inclusiva

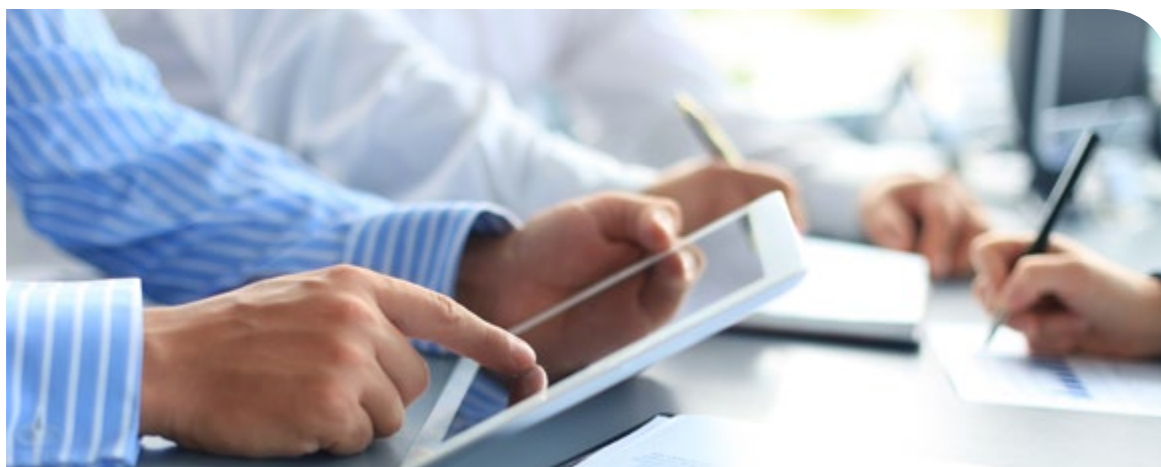
Em linha com a política da patrocinadora Syngenta, a Syngenta Previ está melhorando seu atendimento a **pessoas com deficiência**. Nosso próximo vídeo institucional mostrará alguns resultados nessa direção.





Reforma da Previdência

A Syngenta Previ trouxe um especialista para tirar dúvidas sobre a **Nova Previdência** pública. A palestra foi realizada presencialmente e online, logo após a aprovação da Reforma da Previdência. Consulte a gravação do evento no link <https://dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/a-nova-previdencia-publica-e-voce-evento/>.



O que podemos melhorar?

Não deixe de responder à nossa **Pesquisa de Satisfação**. Faça valer sua opinião. É rápido, clique no link <https://dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/resultados-de-2019/>.



Um momento de reflexão e aprendizado para você, que é participante do plano de benefícios e busca sua longevidade sustentável financeiramente.

Educação Financeira e Previdenciária



LIÇÕES DA PANDEMIA

Planeje seu futuro financeiro, forme sua reserva de emergência – e desfrute cada instante com seus entes queridos.



A pandemia do coronavírus revelou nossa desatenção diária ante a fragilidade da vida. Talvez sua lição mais profunda seja a necessidade de agradecer e celebrar cada instante vivido junto de nossos entes queridos.

Mas outra face prática da doença nos mostrou quanto deveríamos estar prontos para situações de emergência. Muitas famílias tiveram sua renda afetada pela quarentena. Profissionais perderam emprego, sofreram diminuição de salário ou ficaram um período sem receber.



O fato é que quem não tinha sua reserva de emergência teve de recorrer aos bancos, que aumentaram significativamente o custo de empréstimos e ainda restringiram o volume a ser emprestado.

Neste momento, a Syngenta Previ tomou medidas para dar suporte à travessia deste tempo difícil, e permanece a seu lado para ajudar você a planejar seu futuro.

- **Demos a opção, excepcionalmente, de suspender ou reduzir seu percentual de contribuição, para “aumentar” sua renda familiar no momento.**
- **Promovemos o primeiro webinar em que os participantes puderam tirar dúvidas em tempo real e esclarecer as perspectivas dos investimentos da Entidade.**
- **Oferecemos empréstimos a juros competitivos, até o limite de 70% de seu patrimônio acumulado.**
- **Cuidamos de seu dinheiro com uma gestão de investimento especializada para mitigar os riscos e buscar oportunidades.**
- **Organizamos cursos de educação financeira que ajudam você a planejar e gerir seu patrimônio, em busca de uma longevidade sustentável financeiramente.**

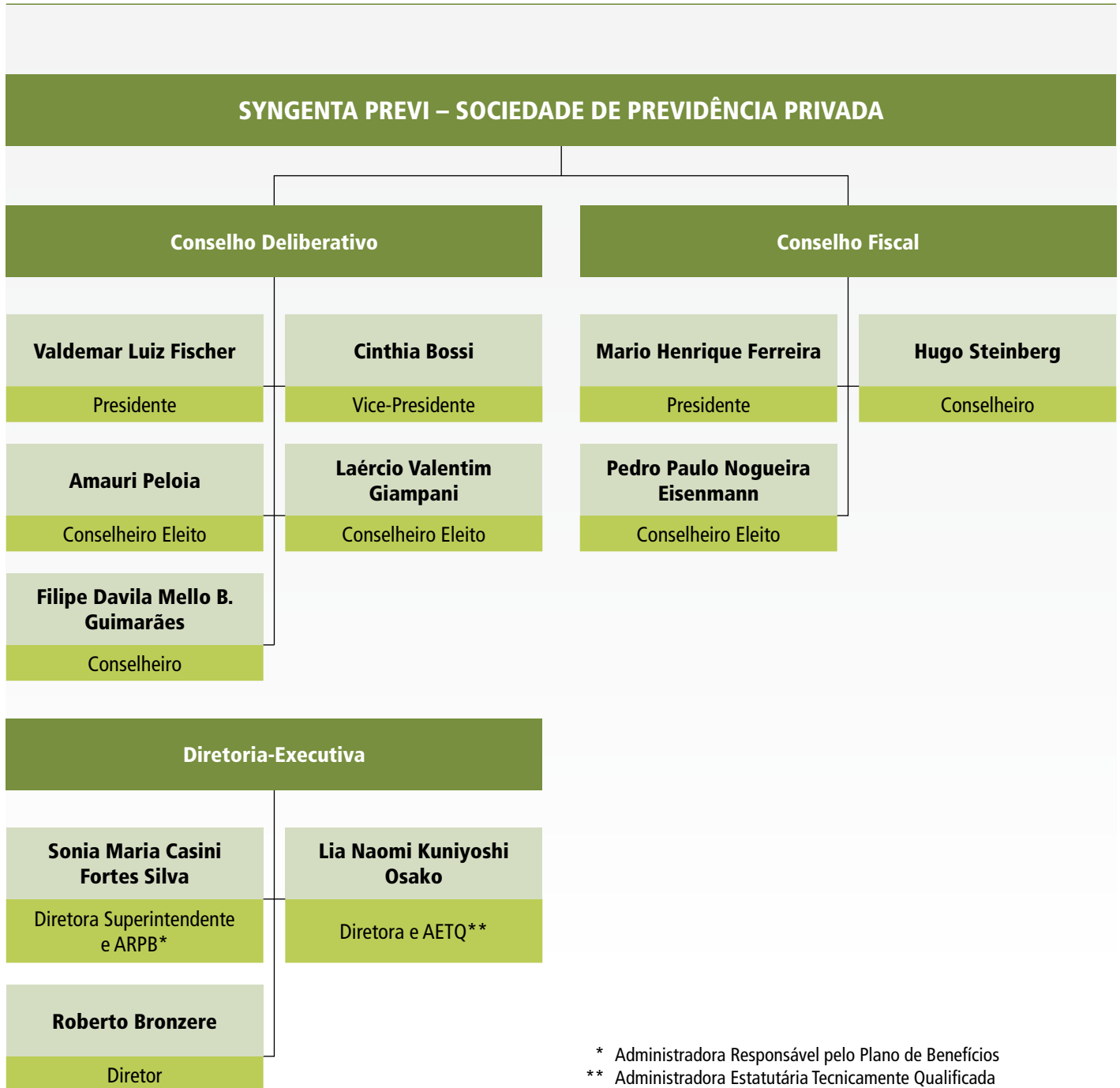
A administração da Syngenta Previ deseja estar próxima de você em todos os momentos, sendo transparente nos processos de governança e oferecendo toda a nossa gama de serviços para atender o participante cada vez melhor.

A Entidade é administrada e fiscalizada pelos seguintes órgãos: o Conselho Deliberativo, instância máxima de decisão, a Diretoria-Executiva, órgão de execução, e o Conselho Fiscal, órgão de controle interno. Conta com o Comitê de Investimentos, órgão consultivo composto por membros da Entidade e consultorias para análise de investimentos e controle de riscos. E ainda conta com a Estrutura Interna para o atendimento ao participante e à realização das rotinas administrativas.

Gestão Administrativa



ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



DESpesas ADMINISTRATIVAS

São as despesas realizadas pela Syngenta Previ para a administração do plano de benefícios. Em 2019, o gasto total foi de R\$ 4.532 mil (0,32% do patrimônio social). As despesas se mantêm equilibradas com as necessidades reais da administração do Plano de Benefícios Syngenta.

GESTÃO ADMINISTRATIVA (Em R\$ mil)	
Descrição	2019
Pessoal e encargos	991
Treinamentos, congressos e seminários	60
Serviços de terceiros	1.057
Despesas gerais	14
Tributos, taxas	283
TOTAL	2.406
EM % DO PATRIMÔNIO SOCIAL	0,17%

GESTÃO DOS INVESTIMENTOS (Em R\$ mil)	
Descrição	2019
Pessoal e encargos	591
Despesa variável de investimento	601
Serviços de terceiros	800
Despesas gerais	15
Tributos, taxas	119
TOTAL *	2.126
EM % DO PATRIMÔNIO SOCIAL	0,15%

* Despesas variáveis como taxas de administração e performance incorridas pelos fundos de investimento são deduzidas diretamente na cota de cada fundo, repassando para a Syngenta Previ a rentabilidade líquida. As despesas de 2019 totalizaram R\$ 13.816 mil, conforme informação da BNY Mellon Serviços Financeiros, responsável pelos serviços de administração e custódia centralizada dos fundos de investimento.

DESpesas TOTAIS (ADMINISTRATIVAS + INVESTIMENTOS) (Em R\$ mil)	
Descrição	2019
TOTAL	4.532
EM % DO PATRIMÔNIO SOCIAL	0,32%
PATRIMÔNIO SOCIAL (em 31 de dezembro)	1.425.225

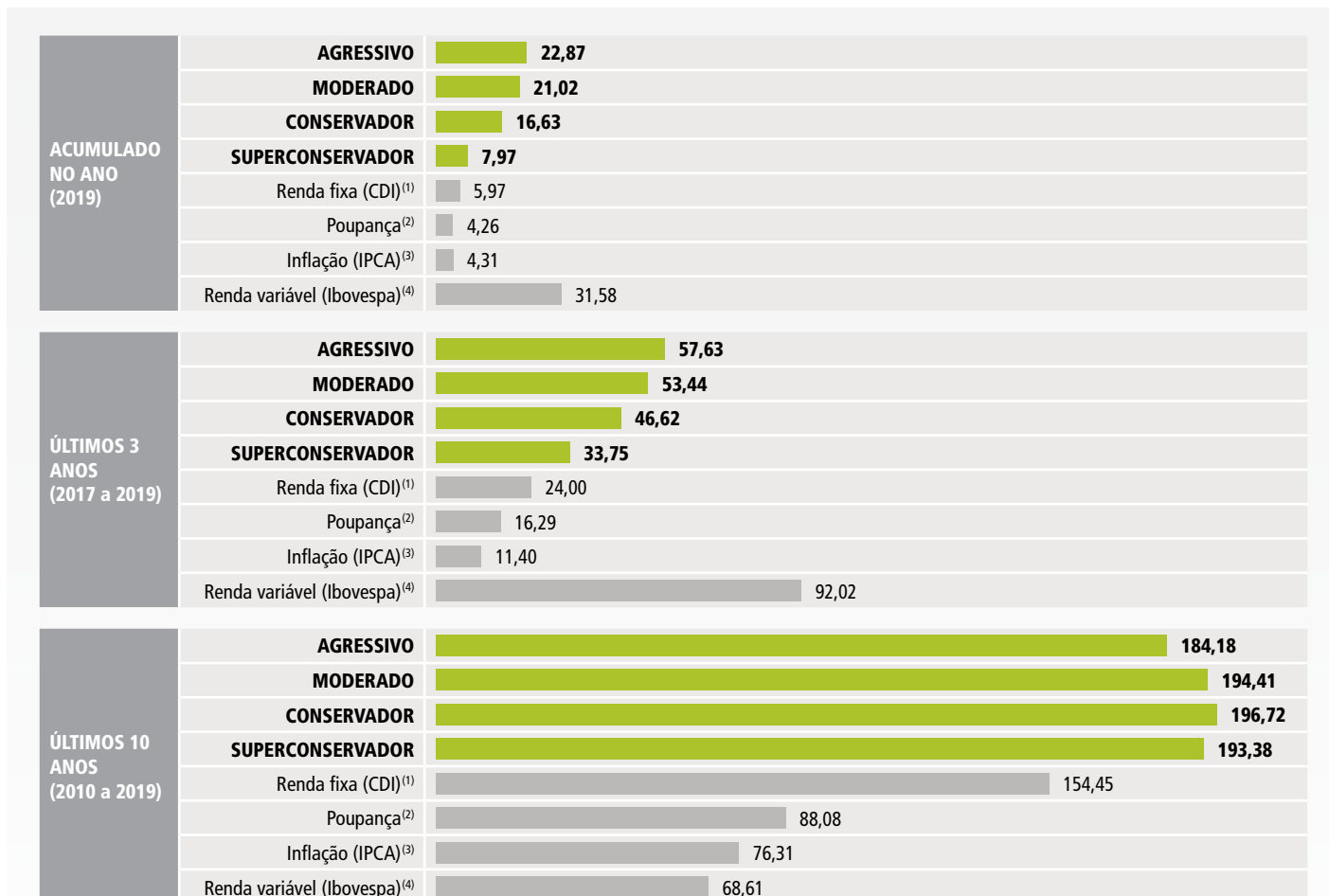
Nesta seção você vê como o seu dinheiro está investido no mercado financeiro. A alocação dos recursos pelos segmentos de aplicação, os gestores de investimentos, o respeito aos limites da Política de Investimento e da legislação.

Gestão dos Investimentos



RENTABILIDADE HISTÓRICA

O retorno dos investimentos da Syngenta Previ foi excepcional em 2019, quando o desempenho dos perfis superou a maioria dos indicadores do mercado financeiro. A consistência da Política de Investimento da Entidade pode ser avaliada pelo retorno acumulado em médio e longo prazo (variação em %).



Saiba mais sobre o gráfico:

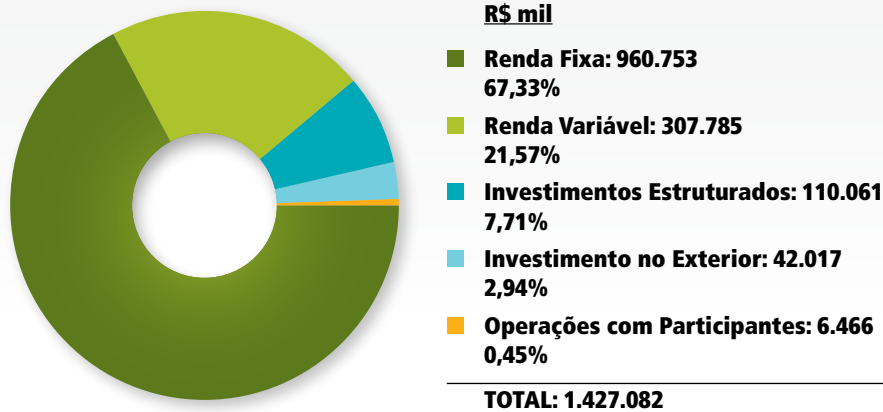
(1) CDI (Certificado de Depósito Interbancário): é a mais conhecida referência para aplicações de renda fixa (rentabilidade bruta); **(2) Caderneta de poupança**: é o investimento mais popular do país; **(3) IPCA**: é o índice oficial da inflação brasileira, calculado pelo IBGE; **(4) Ibovespa** (fechamento): é o índice mais conhecido da bolsa brasileira, utilizado como referência para aplicações de renda variável. Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura.

O desempenho do perfil **Ciclo de Vida**, iniciado em julho de 2016, é o mesmo dos perfis Superconservador, Conservador, Moderado e Agressivo, de acordo com a idade do participante. Para saber mais, acesse a Cartilha de Perfis de Investimento no link: https://dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/wp-content/uploads/2019/11/191124_Cartilha_Perfis_Investimento.pdf

Quer entender a estratégia de investimento da Syngenta Previ? Veja o comentário publicado todos os meses no site. Para acessar o **comentário do ano de 2019**, clique no link: <https://dinheiroefuturo.com.br/syngentaprevi/comentario-de-dezembro/>

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

É a distribuição dos recursos da Entidade segundo os segmentos de aplicação (em dez/2019).



RENTABILIDADE POR SEGMENTOS

Mostra a rentabilidade dos investimentos acumulada em 2019, segundo os segmentos de aplicação.

SEGMENTO	2019
Plano	18,58%
Renda Fixa	13,15%
Renda Variável	44,98%
Investimentos Estruturados	8,77%
Operações com Participantes	16,56%
Investimentos no Exterior	18,59%

LIMITES DE ALOCAÇÃO X POLÍTICA DE INVESTIMENTOS X LEGISLAÇÃO

Mostra a alocação dos investimentos no fim de 2019, comparada aos limites estabelecidos pela Política de Investimentos da Entidade e pela legislação.

SEGMENTO	Alocação 2019	Política de Investimentos 2019			Limite Legal (Res. CMN 4661)
		Mínimo	Máximo	Alvo	
Renda Fixa	67,33%	0,00%	100,00%	77,55%	100,00%
Renda Variável	21,57%	0,00%	55,00%	10,97%	70,00%
Investimentos Estruturados	7,71%	0,00%	15,00%	8,07%	20,00%
Investimentos no Exterior	2,94%	0,00%	10,00%	3,41%	10,00%
Imóveis	0,00%	0,00%	20,00%	0,00%	20,00%
Operações com Participantes	0,45%	0,00%	15,00%	0,00%	15,00%

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS POR GESTOR

São os valores e percentuais administrados pelos gestores de recursos no fim de 2019 (em R\$ mil).

Gestor	Patrimônio	% do total
Quest	414.164	29,02%
Mauá	362.875	25,43%
BlackRock	79.311	5,56%
Western	71.210	4,99%
Capitania	62.417	4,37%
Safra	46.098	3,23%
Tag	39.612	2,78%
Velt	30.782	2,16%
XP	30.781	2,16%
Equitas	30.149	2,11%
Moat	30.108	2,11%
Oceana	29.260	2,05%
Atmos	26.785	1,88%
Miles	22.213	1,56%
Canvas Capital	18.406	1,29%
Augme	18.217	1,28%

Gestor	Patrimônio	% do total
Exploritas	14.868	1,04%
SPX	12.493	0,88%
Adam	11.407	0,80%
Pimco	10.692	0,75%
Garde	9.128	0,64%
Absolute	9.086	0,64%
RPS Capital	7.933	0,56%
Hamilton Lane	7.230	0,51%
ARX Investimentos	6.732	0,47%
Syngenta	6.392	0,45%
Votorantim	5.671	0,40%
BB	5.627	0,39%
Bradesco	4.417	0,31%
Kadima	2.963	0,21%
TOTAL	1.427.027	100,00%

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTOS EM 2019

Este quadro apresenta o valor total dos recursos dos planos administrados pela Syngenta Previ e aqueles registrados nos balancetes do Plano de Benefícios Syngenta e do Plano de Gestão Administrativa (PGA).

CARTEIRA PRÓPRIA - TOTAL			
Item	Plano de Benefícios (R\$)	PGA (R\$)	Entidade (R\$)
TOTAL	1.424.298.182,94	2.560.295,13	
Depósitos	292.342,68	71,33	
Títulos Públicos	-	-	
Títulos Privados	-	-	
Ações	-	-	
Empréstimos/Financiamentos	6.494.776,63	-	
Carteira Imobiliária	-	-	
Valores a Pagar/Receber	-546.839,73	-	

FUNDOS (1º NÍVEL) - TOTAL				
Item	CNPJ do Fundo	Plano de Aposentadoria (R\$)	PGA (R\$)	Entidade (R\$)
TOTAL		1.418.057.903,36	2.560.223,80	1.420.618.127,16
WA MACRO OPPORT CLASSE DOLAR FI MULT IE	23872712000104	5.222.077,69		5.222.077,69
BRAD FI RF CRED PRIV IE YIELD EXPLORER	20216173000159	4.417.313,21		4.417.313,21
VOT ALLIANZGI EUR EQU GROWTH FI MULT IE	12287913000110	5.670.681,39		5.670.681,39
HAMILTON LANE BRASIL FI D FI II FIP MULT	23738050000176	7.229.537,14		7.229.537,14
SYNTA AZ QUEST FI RF LP	20979909000140	309.791.292,37	979.388,97	310.770.681,34
CAPITANIA SYNTA CRED PRIV FI RF	20889158000171	62.417.442,28		62.417.442,28
SYNTA FC FI MULT	9521007000123	102.831.610,75		102.831.610,75
BB MULT GLOBAL SELECT EQUITY IE FI	17413636000168	5.627.333,25		5.627.333,25
PIMCO INCOME FI MULT INV EXT	23720107000100	10.692.441,87		10.692.441,87
SYNTA PACIFICO FI RF	5427031000147	45.977.429,11	121.123,04	46.098.552,15
WA MACRO OPPORTUNITIES FI MULT IE	22282992000120	5.255.004,14		5.255.004,14
BASEL FI RF CRED PRIV	17453712000169	60.733.345,55		60.733.345,55
MAUA SYNTA FI RF LP	20969532000149	321.494.544,55	1.459.711,79	322.954.256,33
BLACKROCK STYLE ADV. MASTER FI MULT IE	25108962000190	5.132.740,48		5.132.740,48
AUGME INSTITUCIONAL FI RF CRED PRIV	30568485000185	18.216.639,57		18.216.639,57
SYNTA AZ QUEST FIRF CRED PRIV	19091575000195	59.901.046,89		59.901.046,89
SYNTA FIA	20214858000166	307.785.883,68		307.785.883,68
SYNTA PASSIVO FI RF SIMPLES	32225875000188	39.734.638,87		39.734.638,87
MAUA SYNTA II FI RF LP	32224512000128	39.926.900,58		39.926.900,58

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA 2020

É o documento que estabelece as regras e condições para a aplicação dos recursos dos planos de benefícios administrados pela Syngenta Previ no mercado financeiro. A Política de Investimentos é desenvolvida com base no grau de tolerância a risco e objetivos de investimentos de longo prazo, garantindo uma gestão prudente e eficiente, visando à manutenção do equilíbrio entre seus ativos (aplicações financeiras) e passivo (dívidas).

PERÍODO DE REFERÊNCIA

Janeiro a Dezembro de 2020

INFORMAÇÕES DA ENTIDADE

Código: 1585	Sigla: SYNGENTA PREVI	Plano de Benefícios Syngenta: 2006000911
Código: 1585	Sigla: SYNGENTA PREVI	Plano de Gestão Administrativa (PGA): 9970000000

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

Período	Segmento	Nome	CPF	Cargo
01/01/2020 - 31/12/2020	Plano	Lia Naomi Kuniyoshi Osako	295.203.268-80	Diretora de Investimentos

TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA

Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros % a.a.
100,00	PLANO	100,00	INPC	4,50
100,00	RENDA FIXA	100,00	INPC	3,70
100,00	RENDA VARIÁVEL	100,00	IBRX	3,00
100,00	ESTRUTURADO	100,00	CDI	2,00
100,00	IMOBILIÁRIO	100,00	IPCA	6,00
100,00	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	100,00	IGP-DI	4,75
100,00	EXTERIOR	100,00	DÓLAR	3,00

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Participação %	Plano/Segmento	Percentual Indexador	Indexador	Taxa de Juros % a.a.
100,00	PLANO	0,00	IGP-DI	4,50
70,00	RENDA FIXA	100,00	CDI	0,00
30,00	RENDA FIXA	100,00	IMA-B	0,00
100,00	ESTRUTURADO	100,00	CDI	2,00

ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	0,00%	100,00%	65,52%
RENDA VARIÁVEL	0,00%	55,00%	20,00%
ESTRUTURADO	0,00%	15,00%	8,07%
IMOBILIÁRIO	0,00%	20,00%	0,00%
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,00%	15,00%	3,00%
EXTERIOR	0,00%	10,00%	3,41%

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
RENDA FIXA	90,00%	100,00%	100,00%
ESTRUTURADO	0,00%	10,00%	0,00%

(1) A Syngenta Previ observa os princípios de responsabilidade socioambiental? **Sim**

(2) Utiliza Derivativos? Plano de Benefícios: **Sim**; PGA: **Não**

(3) Avaliação prévia dos riscos envolvidos? **Sim**

(4) Existência de sistema de controles internos? **Sim**

(5) O plano possui Perfis de Investimentos? **Não**

PERFIS DE INVESTIMENTO

O plano possui Perfis de Investimento? **Sim**

Perfil	Superconservador		Conservador		Moderado		Agressivo	
	Mínimo %	Máximo %	Mínimo %	Máximo %	Mínimo %	Máximo %	Mínimo %	Máximo %
RENDA FIXA	62,00	100,00	32,00	100,00	7,00	100,00	0,00	100,00
RENDA VARIÁVEL	0,00	0,00	0,00	20,00	0,00	45,00	0,00	55,00
ESTRUTURADO	0,00	15,00	0,00	15,00	0,00	15,00	0,00	15,00
IMOBILIÁRIO	0,00	20,00	0,00	20,00	0,00	20,00	0,00	20,00
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0,00	7,00	0,00	5,00	0,00	5,00	0,00	5,00
EXTERIOR	0,00	0,00	0,00	10,00	0,00	10,00	0,00	10,00

ALOCAÇÃO POR EMISSOR
PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA

Emissor	Mínimo %	Máximo %	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	20,00	
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00	10,00	
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral	0,00	10,00	
Companhia Securitizadora	0,00	10,00	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	10,00	
FIDC/FICDC	0,00	10,00	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00	10,00	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00		X
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	10,00	

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Emissor	Mínimo %	Máximo %	Não Aplica
Tesouro Nacional	0,00	100,00	
Instituição Financeira	0,00	20,00	
Tesouro Estadual ou Municipal	0,00	10,00	
Companhia Aberta com Registro na CVM	0,00	10,00	
Organismo Multilateral	0,00	10,00	
Companhia Securitizadora	0,00	10,00	
Patrocinador do Plano de Benefício	0,00	10,00	
FIDC/FICDC	0,00	10,00	
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00	0,00	
Sociedade de Propósito Específico - SPE	0,00		X
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	10,00	

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR
PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA

Emissor	Mínimo %	Máximo %	Não Aplica
% do Capital Votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00	25,00	
% do Capital Total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma SPE	0,00	25,00	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Índice referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	25,00	
% do PL de Fundos de Índice no Exterior Negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00	25,00	
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00	25,00	

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Emissor	Mínimo %	Máximo %	Não Aplica
% do Capital Votante de uma mesma Cia. Aberta	0,00	25,00	
% do Capital Total de uma mesma Cia. Aberta ou de uma SPE	0,00	25,00	
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Índice referenciado em Cesta de Ações de Cia. Aberta	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	0,00	25,00	
% do PL de Fundo de Investimento Classificado no Segmento de Investimentos no Exterior	0,00	25,00	
% do PL de Fundos de Índice no Exterior Negociados em Bolsa de Valores no Brasil	0,00	25,00	
% do Patrimônio Separado de Certificados de Recebíveis com Regime Fiduciário	0,00	25,00	

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO

PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA

Emissor	Mínimo %	Máximo %	Não Aplica
% de uma Série de Títulos ou Valores Imobiliários	0,00	25,00	
% de uma Classe ou Série de Cotas de FIDC	0,00	25,00	
% de um Mesmo Empreendimento Imobiliário			X

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

Emissor	Mínimo %	Máximo %	Não Aplica
% de uma Série de Títulos ou Valores Imobiliários	0,00	25,00	
% de uma Classe ou Série de Cotas de FIDC	0,00	25,00	
% de um Mesmo Empreendimento Imobiliário			X

CONTROLE DE RISCOS

PLANO DE BENEFÍCIOS SYNGENTA E PGA

Os riscos em questão são aqueles aos quais a Syngenta Previ acredita estar exposta e, portanto, precisa monitorá-los de forma mais ativa. São eles:

(1) Risco Mercado	(4) Risco Legal
(2) Risco de Liquidez	(5) Risco de Contraparte
(3) Risco Operacional	(6) Outros
Realiza o apreçamento de ativos financeiros: Sim	Dispõe de Manual: Sim
Possui modelo proprietário de risco: Não	Dispõe de Manual: Não
Realiza Estudos de ALM: Sim	

As contas da Entidade estão apresentadas em atendimento às disposições legais, sendo compostas pelos seguintes documentos: Relatório dos auditores independentes; Balanço patrimonial consolidado; Demonstração da mutação do patrimônio social consolidada; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (PGA); Demonstração do ativo líquido dos planos de benefícios e do PGA; Demonstração da mutação do ativo líquido dos planos de benefícios e do PGA; Demonstração das provisões técnicas dos planos de benefícios; e Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Gestão Contábil



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
SYNGENTA PREVI – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
Rio de Janeiro - RJ

1. Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, as demonstrações individuais por plano de benefícios do ativo líquido, da mutação do ativo líquido, das provisões técnicas e do plano de gestão administrativa, do exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada e individual por Planos de Benefícios em 31 de dezembro de 2019, o desempenho consolidado e por Planos de Benefícios de suas operações do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

2. Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 6 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o Relatório do Auditor.

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório Anual de Informações, por Plano de Benefícios, ainda não concluído até a data de emissão deste nosso relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de opinião ou conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o referido relatório, e considerar se o conteúdo está consistente com as informações apresentadas nas demonstrações contábeis. Não temos nada a relatar sobre o mesmo dado à sua inexistência nesta data.

4. Auditoria do Exercício Anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, ora apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado em 27 de março de 2019 não conteve nenhuma modificação.

5. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

6. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e

suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- b. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- c. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- d. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de perenidade dos Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa e de continuidade operacional da Entidade e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação a perenidade dos Planos e capacidade de continuidade operacional da Entidade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a liquidação dos planos e de não manter a continuidade da Entidade;
- e. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, dentre as quais, não abrangem deficiências significativas nos controles internos da Entidade.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2020

FERNANDO MOTTA AUDITORES
CRCMG – 12.557

Luiz Otavio Souza Rosa
Contador CRC SP 1RJ 116523/O

Luiz Alberto Rodrigues Mourão
Contador CRC SP 1RJ 046114/O

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2019 e 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

Ativo		<u>2019</u>	<u>2018</u>	Passivo		<u>2019</u>	<u>2018</u>
Disponível	nota 4.1	<u>292</u>	<u>138</u>	Exigível operacional		<u>2.444</u>	<u>2.219</u>
				Gestão previdencial	nota 5.1	2.166	1.936
				Gestão administrativa	nota 5.1	278	283
Realizável		<u>1.427.377</u>	<u>1.197.604</u>	Patrimônio Social		<u>1.425.225</u>	<u>1.195.523</u>
Gestão previdencial	nota 4.2.a	248	301	Patrimônio de Cobertura do Plano		<u>1.407.996</u>	<u>1.180.827</u>
Gestão administrativa	nota 4.2.b	16	8	Provisões matemáticas	nota 5.1	<u>1.405.416</u>	<u>1.176.865</u>
Investimentos		<u>1.427.113</u>	<u>1.197.295</u>	Benefícios concedidos		351.842	273.614
Fundos de investimentos	nota 4.2.c	1.420.618	1.192.771	Benefícios a conceder		1.053.574	903.251
Empréstimos e Financiamentos	nota 4.2.d	6.495	4.524	Equilíbrio Técnico		<u>2.580</u>	<u>3.962</u>
				Resultados realizados		2.580	3.962
				Superávit técnico acumulado		2.580	3.962
				Fundos		<u>17.229</u>	<u>14.696</u>
				Fundos previdenciais		14.384	13.303
				Fundos administrativos		2.845	1.393
Total do Ativo		<u>1.427.669</u>	<u>1.197.742</u>	Total do Passivo		<u>1.427.669</u>	<u>1.197.742</u>

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>Variação %</u>
A) Patrimônio Social - início do exercício	1.195.523	1.086.522	10,03
1. Adições	294.445	165.986	77,39
(+) Contribuições Previdenciais	70.117	63.757	9,98
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	218.344	96.990	125,12
(+) Receitas Administrativas	5.707	5.126	11,33
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativo	277	113	145,13
2. Destinações	(64.743)	(56.985)	13,61
(-) Benefícios	(60.211)	(51.949)	15,90
(-) Despesas Administrativas	(4.532)	(5.036)	-10,01
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	229.702	109.001	110,73
(+/-) Provisões Matemáticas	228.551	106.986	113,63
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(1.382)	312	-542,95
(+/-) Fundos Previdenciais	1.081	1.501	-27,98
(+/-) Fundo Administrativo	1.452	202	618,81
B) Patrimônio Social no final do exercício (A+3)	1.425.225	1.195.523	19,21

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>Variação %</u>
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	1.393	1.191	16,96
1. Custeio da Gestão Administrativa	5.984	5.238	14,24
1.1. Receitas	5.984	5.238	14,24
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	3.136	2.191	43,13
Custeio Administrativo dos Investimentos	2.547	2.928	(13,01)
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	13	4	225,00
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	277	113	145,13
Outras Receitas	11	2	100,00
2. Despesas administrativas	(4.532)	(5.036)	(10,01)
2.1. Administração previdencial	(2.406)	(2.030)	18,52
Pessoal e encargos	(991)	(498)	99,00
Treinamentos, congressos e seminários	(23)	(19)	21,05
Serviços de terceiros	(1.054)	(1.247)	(15,48)
Despesas gerais	(56)	(53)	5,66
Tributos	(282)	(213)	32,39
2.2. Administração dos investimentos	(2.126)	(2.932)	(27,49)
Pessoal e encargos	(599)	(1.304)	(54,06)
Treinamentos, congressos e seminários	(7)	(2)	100,00
Viagens e estadias	-	(8)	100,00
Serviços de terceiros	(1.401)	(1.480)	(5,34)
Tributos	(119)	(138)	(13,77)
2.5. Outras despesas	-	(74)	100%
3. Sobra/Insuficiência da gestão administrativa (1-2)	1.452	202	618,81
4. Constituição/Reversão do fundo administrativo (3)	1.452	202	618,81
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+4)	2.845	1.393	104,24

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE BENEFÍCIO SYNGENTA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>Variação %</u>
1. Ativos	1.427.938	1.197.698	19,22
Disponível	292	29	906,90
Recebível	3.093	1.695	82,48
Investimento	1.424.553	1.195.974	19,11
Fundos de Investimentos	1.418.058	1.191.450	19,02
Empréstimos e Financiamentos	6.495	4.524	0,00
2. Obrigações	(2.713)	(2.176)	24,68
Operacional	(2.713)	(2.176)	24,68
3. Fundos não previdenciais	(2.845)	(1.393)	104,24
Fundos administrativos	(2.845)	(1.393)	104,24
4. Ativo líquido (1-2-3)	1.422.380	1.194.129	19,11
Provisões matemáticas	1.405.416	1.176.864	19,42
Superávit/Déficit Técnico	2.580	3.962	-34,88
Fundos Previdenciais	14.384	13.303	8,13
5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado	2.580	3.962	0,00
a) Equilíbrio Técnico	2.580	3.962	0,00
b) (+/-) Ajustes de Precificação	-	-	0,00
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado (a+b)	2.580	3.962	0,00

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE BENEFÍCIO SYNGENTA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>Variação %</u>
A) Ativo Líquido - início do exercício	1.194.129	1.085.331	10,02
1. Adições	291.597	162.938	78,96
(+) Contribuições	73.253	65.948	11,08
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	218.344	96.990	125,12
2. Destinações	(63.346)	(54.140)	17,00
(-) Benefícios	(60.210)	(51.949)	15,90
(-) Custeio administrativo	(3.136)	(2.191)	43,13
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	228.251	108.798	109,79
(+/-) Provisões matemáticas	228.552	106.986	113,63
(+/-) Fundos previdenciais	1.081	1.501	-27,98
(+/-) Superávit/(Déficit) técnico do exercício	(1.382)	312	-542,95
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	1.422.380	1.194.129	19,11
C) Fundos não previdenciais	1.452	202	618,81
(+/-) Fundo administrativo	1.452	202	618,81

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DO PLANO DE BENEFÍCIO SYNGENTA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>Variação %</u>
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	1.425.093	1.196.306	19,12
1. Provisões matemáticas	1.405.416	1.176.865	19,42
1.1. Benefícios concedidos	351.842	273.614	28,59
Contribuição definida	338.846	260.384	30,13
Benefício definido	12.996	13.230	-1,77
1.2. Benefícios a Conceder	1.053.574	903.251	16,64
Contribuição definida	1.052.723	902.431	16,65
Saldo de contas - Parcela patrocinador(es)/instituidor(es)	621.590	533.468	16,52
Saldo de contas - Parcela participantes	431.133	368.963	16,85
Benefício definido	851	820	3,78
2. Equilíbrio técnico	2.580	3.962	-34,88
2.1. Resultados realizados	2.580	3.962	-34,88
Superávit técnico acumulado	2.580	3.962	-34,88
Reserva de contingência	2.580	2.604	-0,92
Reserva para revisão de plano	-	1.358	-100,00
3. Fundos	14.384	13.303	8,13
3.1. Fundos Previdenciais	14.384	13.303	8,13
4. Exigível Operacional	2.713	2.176	24,68
4.1. Gestão Previdencial	2.166	1.936	11,88
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	547	240	127,92

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada (Entidade) é uma entidade fechada de previdência complementar, constituída em conformidade com a Lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, sob a forma de sociedade civil, de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com personalidade jurídica autônoma de direito privado, distinta de suas patrocinadoras, sendo que seu funcionamento foi autorizado por meio de Portaria do Ministério da Previdência Social - MPS.

Para atender aos funcionários das patrocinadoras, a entidade tem como finalidade instituir planos privados de concessão de benefícios de pecúlio e/ou de renda complementares ou assemelhados aos da Previdência Social. Os recursos necessários à consecução dos seus objetivos são obtidos por meio de contribuições mensais da patrocinadora Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. Syngenta Seeds Ltda. (ex- Nidera) sendo elas solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios Syngenta.

	Número de Participantes	
	31/12/2019	31/12/2018
Ativos	2.673	2.302
Assistidos	325	269
Autopatrocinados	44	47
BPD (aguardando benefício)	391	360
Total	3.433	2.978

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Entidade estão apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das EFPC, especificamente a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009 (e alterações) e as Normas Específicas para os Procedimentos Contábeis, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 e as práticas contábeis brasileiras aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

A estrutura da planificação contábil padrão das EFPCs reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcione informações mais adequadas, confiáveis e relevantes.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta, além das características já descritas, a segregação dos registros contábeis em três gestões distintas (Previdencial, Assistencial e Administrativa) e o Fluxo dos Investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil das operações obedece ao plano de contas padrão em vigor para as EFPCs, observadas as normas, os procedimentos e os critérios gerais determinados pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

(a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, exceto pelas contribuições de autopatrocinados e dos participantes aguardando benefício proporcional diferido (BPD), as quais são registradas pelo regime de caixa.

(b) Realizável

Gestão previdencial - Refere-se a valores a receber das patrocinadoras, dos participantes e autopatrocinados relativos às contribuições mensais, registrados ao valor do custo.

Gestão administrativa - Refere-se a valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

(c) Investimentos

Os limites operacionais de aplicações dos recursos da Entidade foram estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.661 de 25 de maio de 2018.

Nos termos da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários são classificados em duas categorias, de acordo com a intenção de negociação da administração na data da aquisição, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

(i) Títulos para negociação - registrar os títulos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado dos ajustes reconhecidos nas demonstrações das mutações do patrimônio social e nas demonstrações das mutações do ativo líquido.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento - registrar os títulos para os quais a Entidade mantém intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Estes títulos devem ser classificados como baixo risco por agência de risco do País, os quais serão avaliados pela taxa intrínseca dos títulos, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável,

reconhecidos nas demonstrações das mutações do patrimônio social e nas demonstrações das mutações do ativo líquido. Na data base de 31 de dezembro de 2019, a entidade não possui títulos registrados nessa categoria.

A Syngenta Previ classificou toda a sua carteira de títulos e valores mobiliários na categoria de Títulos para Negociação, com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, os quais são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício.

Para a obtenção dos valores de mercado dos títulos e valores mobiliários, são adotados os seguintes critérios:

- (i) Fundos de investimentos, pelo valor da quota na data do balanço, informada pelo administrador do fundo.

- (d) Custódia de títulos

As aplicações no segmento de renda fixa estão registradas no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) e na CETIP S.A – Mercados Organizados e os investimentos em ações estão custodiadas na BM&FBOVESPA – Câmara de Ações (antiga CBLIC), em atendimento a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.661 de 25 de maio de 2018.

- (e) Operações com participantes

Registram as operações de empréstimos concedidos a participantes, que estão demonstrados pelos saldos originais dos empréstimos, acrescidos dos encargos auferidos até a data do balanço.

- (f) Exigível operacional

São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações decorrentes de direito a benefícios pelos participantes, salários dos empregados da Entidade, prestação de serviços por terceiros, investimentos, operações com participantes e obrigações fiscais.

- (g) Operações Administrativas

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, os registros das operações administrativas são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado do plano de benefício previdencial.

O patrimônio do Plano de Gestão Administrativa - PGA é constituído pelas receitas (Previdenciais, Investimentos e Diretas), deduzidas das despesas comuns e específicas da administração previdencial e dos investimentos, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao Fundo Administrativo. O saldo do Fundo Administrativo não caracteriza obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos.

As receitas administrativas da Entidade são debitadas aos Planos Previdenciais em conformidade com o plano de custeio vigente.

A Syngenta Previ utiliza o patrimônio de cada patrocinadora como critério de rateio para alocação das despesas previdenciais comuns.

A Syngenta Previ possui o regulamento próprio do Plano de Gestão Administrativa – PGA, adequado a legislação vigente, sendo o mesmo aprovado pelo Conselho Deliberativo, observando os aspectos quantitativos e qualitativos dos recursos administrativos da Entidade.

(h) Provisões matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas por atuário externo e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios das Patrocinadoras.

(i) Estimativas atuariais e contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos que refletem a posição em 31 de dezembro de 2019 e 2018, com base no julgamento da administração para determinação dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as provisões matemáticas, calculadas atuarialmente por profissional externo e as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados.

4. ATIVO

4.1 Disponível

Representado por depósitos à vista na seguinte instituição financeira:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Imediato		
Banco Itaú S.A.	122	128
Vinculado		
BNY Mellon	170	10
Total Disponível	<u>292</u>	<u>138</u>

4.2 Realizável

(a) Gestão Previdencial

	2019	2018
Recursos a Receber		
Autopatrocinaados	2	-
Adiantamentos		
Adiantamento de Benefício	-	18
Devedores Diversos		
Pessoa Jurídica	50	50
Pessoa Física	129	129
Tributos à compensar	67	104
Total Gestão Previdencial	<u>248</u>	<u>301</u>

(b) Gestão Administrativa

Contas a Receber		
Contribuição para o custeio	2	1
Despesas Antecipadas	6	-
Tributos à compensar	8	7
	<u>16</u>	<u>8</u>
Total Gestão Administrativa	<u>16</u>	<u>8</u>

(c) Investimentos

- I. Os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira de investimentos da Entidade são registrados em conformidade com o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.661 de 25 de maio de 2018. Os investimentos estavam compostos da seguinte forma em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

2019			
<u>1 ate 360</u>	<u>Acima de 360</u>	<u>Sem Prazo Determinado</u>	<u>Valor</u>

Descrição	Determinado	Dias		Contábil	Mercado
I - Fundos de investimentos exclusivos	200.591	741.946	410.617	1.353.154	1.353.154
Títulos para negociação					
Debêntures	2.779	99.512	-	102.290	102.290
Cotas de Fundos	-	34.597	410.617	445.214	445.214
Letra Financeira – LF	2.187	26.277	-	28.464	28.464
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	159.883	273.371	-	433.254	433.254
Letras do Tesouro Nacional - LTN	10.227	120	-	10.348	10.348
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	304.629	-	304.629	304.629
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	3.345	-	3.345	3.345
Valoras a Pagar/Receber	(1.580)	-	-	(1.580)	(1.580)
Operações Compromissadas	24.965	-	-	24.965	24.965
Tesouraria	27	-	-	27	27
Derivativos	2.103	95	-	2.198	2.198
II - Fundos de investimentos abertos	-	-	67.464	67.464	67.464
Títulos para negociação					
			67.464	67.464	67.464
III - Empréstimos e Financiamentos	2.165	4.330	-	6.495	6.495
	2.165	4.330	-	6.495	6.495
Total fundos de investimento (I + II + III)	202.756	746.276	478.081	1.427.113	1.147.113

Descrição	2018			Valor	
	1 ate 360	Acima de 360	Sem Prazo	Contábil	Mercado
	Determinado	Dias	Determinado		
I - Fundos de investimentos exclusivos	268.869	570.508	304.441	1.143.817	1.143.817
Títulos para negociação					
Certificados de Depósito Bancário - CDB	-	852	-	852	852
Debêntures	6.675	73.825	-	80.500	80.500
Depósitos a Prazo	4.129	5.104	-	9.233	9.233
Cotas de Fundos	-	24.425	304.441	329.865	329.865

Letra Financeira – LF	3.493	19.485	-	22.977	22.977
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	16.144	174.401	-	190.545	190.545
Letras do Tesouro Nacional – LTN	24.623	9.379	-	34.002	34.002
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	20.267	258.842	-	279.109	279.109
Notas do Tesouro Nacional - NTN-C	-	2.970	-	2.970	2.970
Valores a Pagar/Receber	1.080	-	-	1.080	1.080
Operações Compromissadas	193.636	-	-	193.636	193.636
Tesouraria	31	-	-	31	31
Derivativos	951	226	-	1.177	1.177
II - Fundos de investimentos abertos	-	-	48.954	48.954	48.954
Títulos para negociação	-	-	48.954	48.954	48.954
III - Empréstimos e Financiamentos	1.508	3.016	-	4.524	4.524
	1.508	3.016	-	4.524	4.524
Total fundos de investimento (I + II + III)	270.377	573.524	353.995	1.197.295	1.197,295

d) Empréstimos e Financiamentos

Em Janeiro/2015, através de aprovação interna do Conselho Fiscal e Deliberativo, a Syngenta Previ passou a realizar concessões de empréstimos a seus participantes, de acordo com a política de empréstimos estabelecida e aprovada pelo referido conselho.

	2019	2018
Empréstimos e Financiamentos	6.495	4.524
Total Empréstimos e Financiamentos	6.495	4.524

Não há desenquadramento dos investimentos em relação à Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.661 de 25 de maio de 2018, bem como não houve reclassificação entre as categorias de Títulos e Valores Mobiliários em 2019 e 2018.

O valor de mercado das quotas dos Fundos de Investimento foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos Administradores dos fundos de investimentos nos quais a Entidade aplica seus recursos. Além disso, os fundos de investimentos estão registrados na CETIP S.A. – Mercados Organizados.

5. PASSIVO

5.1 Exigível operacional

■ Gestão previdencial

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Aposentadoria	350	-
Restituições	84	424
Imposto de Renda	39	-
Outras exigibilidades – credores diversos (pessoa jurídica)*	<u>1.693</u>	<u>1.512</u>
Total Gestão Previdencial	<u>2.166</u>	<u>1.936</u>

*Pessoa Jurídica - Este valor refere-se a diferença entre a SELIC e o retorno dos investimentos a ser repassado as ex-patrocinadoras que se retiraram do Plano de Benefícios e também aos participantes que solicitaram resgate de suas contribuições sendo: ICI Brasil S.A. R\$ 1.055 (2018 - R\$ 955), Sthal Brasil S.A. R\$ 220 (2018 - R\$ 189) e Huntsman ICI Brasil Ltda. R\$ 418 (2018 - R\$ 368).

■ Gestão administrativa

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contas a Pagar		
Pessoa Jurídica	118	105
Retenções a Recolher	5	2
Tributos a Recolher	26	22
Outras exigibilidades – Pessoa Jurídica	<u>129</u>	<u>154</u>
Total Gestão Administrativa	<u>278</u>	<u>283</u>

5.2 Patrimônio Social

• Provisões matemáticas e métodos atuariais

As provisões matemáticas foram determinadas por atuário externo e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento do Plano de Benefícios das Patrocinadoras. A taxa anual de juros foi reduzida para 4,15% ao ano (4,50% ao ano em 2018), após estudo de aderência de hipóteses financeiras (*valuation*). A tábua de mortalidade geral é a AT-2000 (Tábua segregada por sexo, constituída com base na AT-2000 Basic suavizada em 10%).

Na avaliação atuarial foi adotado o método de capitalização financeira.

- (a) Benefícios concedidos
Corresponde ao valor presente dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes ou beneficiários pensionistas, em gozo do benefício.

- (b) Benefícios a conceder
As provisões matemáticas são classificadas em:

Contribuição definida - corresponde ao montante formado pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras e constituído em nome de cada participante.

Benefício definido – valor atual dos benefícios futuros.

Em 31 de dezembro de 2019, as provisões matemáticas estão assim distribuídas:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Benefícios concedidos	<u>351.842</u>	<u>273.614</u>
Contribuição definida	338.846	260.384
Benefício definido	12.996	13.230
Benefícios a conceder	<u>1.053.574</u>	<u>903.251</u>
Contribuição definida	1.052.723	902.431
Benefício definido	851	820
Total	<u><u>1.405.416</u></u>	<u><u>1.176.865</u></u>

A movimentação das provisões matemáticas, durante o exercício, pode ser resumida como segue:

	2019
Em 31 de dezembro de 2018	1,176.865
Constituições no exercício	<u>228.551</u>
Em 31 de dezembro de 2019	<u><u>1.405.416</u></u>
	2018
Em 31 de dezembro de 2017	1.069.878
Constituições no exercício	<u>106.986</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u><u>1.176.865</u></u>

• Equilíbrio técnico

Descrição	Total	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Reserva de contingência	2.580	2.604
Reserva especial para revisão do plano	-	1.358

Saldo final	<u>2.580</u>	<u>3.962</u>
-------------	--------------	--------------

A movimentação do superávit, durante o exercício de 2019, pode ser resumida como segue:

Descrição	Total	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Superavit Acumulado exercício anterior	3.962	3.650
Superavit/(Deficit) do exercício	-1.382	312
Superavit Acumulado Exercício	<u>2.580</u>	<u>3.962</u>

A reserva de contingência foi constituída em 18,63% das provisões matemáticas de benefício definido, conforme artigo 15º da Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018 limita-se a 25% das provisões matemáticas ou até $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano}) \times \text{Provisão Matemática}]$ o que for menor, para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos.

O montante do superávit técnico em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 2.580 (2018 - R\$ 3.962).

- Fundo previdencial
 - a) Fundo Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar

O Fundo Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar é formado pelos valores constantes da Conta da Patrocinadora que não foram utilizados para a concessão de benefícios ou institutos e poderão ser utilizados para reduzir as Contribuições futuras de Patrocinadora desde que previsto no plano de custeio anual e aprovado pelo Conselho Deliberativo. Em 31 de dezembro de 2019, seu saldo é de R\$ 8.782 (2018 - R\$ 10.927).

- b) Fundo Revisão do Plano

O fundo previdencial é formado com o excedente de rentabilidade financeira relativas às contribuições destinadas à formação dos benefícios previdenciais. Em 31 de dezembro 2019, seu saldo é R\$ 5.603 (2018 - R\$ 2.376).

- Fundo administrativo

Este fundo é constituído pelas sobras das receitas sobre as despesas administrativas efetuadas pelas patrocinadoras para fins do custeio do plano e, atualizado pela valorização dos investimentos do respectivo programa, podendo ser utilizado para a cobertura de insuficiências ocorridas mensalmente, no programa administrativo, quando as despesas superarem as receitas. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo é R\$ 2.845 (2018 - R\$ 1.393.).

6. TRIBUTOS

- *Imposto de Renda*

Desde a Lei nº. 11.053, de 29 de dezembro de 2004, é facultado aos participantes de planos de EFPC estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, optarem para que os valores que lhes sejam pagos a título de resgate ou benefícios de renda, sejam tributados no imposto de renda na fonte:

- por uma nova tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios, ou
- por permanecerem no regime tributário atual, que utiliza a tabela progressiva do imposto de renda na fonte para as pessoas físicas.

Além disso, a Lei nº. 11.053/04 que revogou a MP nº. 2.222 de 4 de setembro de 2001, dispensa a partir de 1o. de janeiro de 2005, a retenção na fonte e o pagamento em separado do imposto de renda sobre os rendimentos e ganhos auferidos nas aplicações de recursos das entidades fechadas de previdência complementar.

- *PIS e COFINS*

Calculados mensalmente pela alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída dos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamento de benefícios e da parcela das contribuições destinadas à constituição de reservas técnicas) conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.285, de 13 de agosto de 2012 e alterações posteriores.

- *TAFIC - Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar*

Conforme lei nº 12.154 de 23 de dezembro de 2009 e a Instrução Normativa PREVIC nº 1 de 13 de abril de 2010 as entidades fechadas de previdência complementar devem recolher nos meses de janeiro, maio e setembro de cada exercício a TAFIC. O valor da TAFIC é calculado por plano de benefícios, utilizando-se o valor dos recursos garantidores de cada plano e o enquadramento na tabela constante do Anexo V da lei supracitada

7. PARTES RELACIONADAS

As Partes Relacionadas da Syngenta Previ são consideradas: Os participantes, participantes vinculados (autopatrocinados e BPD's), e suas Patrocinadoras, cujo relacionamento ocorre por intermédio de Convênio de Adesão para oferecimento da Syngenta Previ para os seus empregados e Dirigentes, e, seus administradores, compostos pelos membros do Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva, assim como pelos membros do Conselho Fiscal da Entidade, cujas atribuições e responsabilidades estão definidas no Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a Entidade não manteve transações com partes relacionadas, além das operações já divulgadas anteriormente (contribuições de participantes e patrocinadoras e pagamento de benefícios).

8. EFEITOS DE CONSOLIDAÇÃO

A consolidação segue as normas estabelecidas pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, e pela Instrução nº 34, de 24 de setembro de 2009, e representa os saldos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa.

As contas passíveis de ajustes e eliminações, entre outras, são "Superávit Técnico", "Déficit Técnico", "Migrações entre Planos", "Compensações de Fluxos Previdenciais", "Participação no Plano de Gestão Administrativa e Participação no Fundo Administrativo PGA", sempre que aplicável.

Para anular os efeitos das obrigações e dos direitos entre o Plano Previdencial e o Plano de Gestão Administrativa, foram feitos os seguintes lançamentos de consolidação conforme quadro abaixo.

Ativo	Em Reais mil
Realizável	
Gestão Previdencial	
Participação no Plano de Gestão Administrativa	2.845
Cobertura das Despesas administrativas	547
	<u>3.392</u>
Passivo	
Exigível Operacional	
Gestão Previdencial	
Participação no Fundo Administrativo do PGA	2.845
Cobertura das Despesas administrativas	547
	<u>3.392</u>

9. LEGISLAÇÕES

- **Resolução CNPC nº 31, de 11 de dezembro de 2018** - regulamenta os critérios para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação, assim como estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para

destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e dá outras providências.

- **Instrução MPS/PREVIC nº 11, de 03 de dezembro de 2018** - altera Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 - estabelece normas específicas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, define a forma, o meio e a periodicidade de envio das demonstrações contábeis, e dá outras providências.
- **Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018** - regulamenta os critérios para definição da duração do passivo, da taxa de juros parâmetro e do ajuste de precificação, assim como estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para destinação e utilização de superávit e elaboração, aprovação e execução de planos de equacionamento de déficit, de que trata a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e dá outras providências.
- **Resolução CMN nº 4.695, de 27 de novembro de 2018** - altera a Resolução nº 3.922, de 25 de novembro de 2010, que dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e a Resolução nº 4.661, de 25 de maio de 2018, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- **Instrução Previc nº 3, de 24 de agosto de 2018** - dispõe sobre o Comitê de Auditoria, sobre as informações a serem apresentadas nos relatórios do auditor independente, de que trata a Resolução CNPC nº 27/2017, e dá outras providências.
- **Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018** - dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar.
- **Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018 - DOU de 21 de maio de 2018** - que revoga a Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002 – onde se estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários das entidades fechadas de previdência complementar e a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011) divulga a Planificação Contábil Padrão, modelos e instruções de preenchimento das demonstrações contábeis, e normas gerais de procedimentos contábeis.

10. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS), emitiu um alerta sobre a pandemia de Coronavírus (COVID-19). Tal evento demonstra capacidade de afetar substancialmente a economia mundial e, certamente seus efeitos, e das medidas governamentais tomadas para sua contenção, serão refletidos nos demonstrativos contábeis e financeiros das empresas brasileiras. Ainda não é possível mensurar seus efeitos econômicos sobre as demonstrações da Syngenta Previ.

Sonia Maria Casini Fortes Silva
Diretora Superintendente
CPF nº 049.038.098-03

Célia Aparecida de Almeida
Contadora
CRC nº 1SP 206004/O-6
CPF nº 146.736.948-99

Aqui você encontra os resultados da avaliação atuarial realizada anualmente nos planos de benefícios administrados pela Entidade, com o objetivo de examinar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte. Este documento é elaborado e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo.

Gestão Atuarial



Parecer da Avaliação Atuarial do Plano de Benefícios Syngenta referente ao encerramento do exercício de 2019

Introdução

Este parecer atuarial tem por objetivo apresentar os resultados da avaliação atuarial completa de encerramento do exercício em atendimento à legislação vigente do Plano de Benefícios Syngenta da Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada.

Para fins desta avaliação atuarial foi adotado como data do cadastro 31/08/2019 e como data da avaliação 31/12/2019.

Qualidade da Base Cadastral

Após a análise detalhada dos dados e correções feitas pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada foi verificado que os dados estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente da patrocinadora, do administrador do plano e de seus respectivos representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

Patrocinadores e Instituidores

CNPJ	Razão Social
60.744.463/0001-90	Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.
28.403.532/0001-99	Syngenta Seeds Ltda.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Benefícios Syngenta.

A avaliação atuarial a qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria nº 177, de 15/04/2016, publicada no D.O.U. de 18/04/2016.

Estatísticas

As estatísticas a seguir estão posicionadas na data-base do cadastro.

Participantes ativos¹

	31/08/2019
Quantidade	
- ativos	2.463
- autopatrocinados	49
- benefício proporcional diferido	390
Idade média (em anos)	38,0
Tempo médio de serviço (em anos)	8,0
Tempo médio de contribuição (em anos)	7,0
Tempo médio para aposentadoria (em anos)	22,0

¹ apenas a quantidade inclui os que estão em aguardo do benefício proporcional diferido bem como os benefícios proporcionais diferidos presumidos

Assistidos ²

Benefício	31/08/2019		
	Quantidade de Benefícios Concedidos	Idade Média dos Assistidos (anos)	Valor Médio do Benefício (R\$)
Aposentadoria Antecipada	84	67,0	9.670,00
Aposentadoria Normal	32	70,0	13.385,00
Aposentadoria por Invalidez	1	66,0	755,00
Pensionistas (grupos familiares)	32	76,0	3.684,00
Benefícios Proporcionais Diferidos Recebendo	174	66,0	4.925,00

² A estatísticas acima não consideram os registros com benefício zerado: 10 aposentados renda certa 1 pensionista renda certa , 15 benefícios proporcionais diferidos aguardando elegíveis, ou seja, com direito ao benefício definido, mas que não são encontrados para recebimento do benefício e 1 Benefício Proporcional Diferido renda certa .

Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Benefícios Syngenta conforme determina a redação da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018 e da Instrução nº 10 de 30/11/2018.

Para a apuração das provisões matemáticas e dos custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

	2019	2018
Taxa Real Anual de Juros	4,15%	4,50%
Projeção de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Salários	100,0%	100,0%
Fator de Determinação Valor Real ao longo do Tempo Benefício Entidade	98,0%	98,0%
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic suavizada em 10%	AT-2000 Basic suavizada em 10%
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB - 1983	RRB - 1983
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios)	Cotas do Patrimônio	Cotas do Patrimônio
Hipótese sobre a Composição de Família de Pensionistas		
<ul style="list-style-type: none"> Aposentados e Benefícios Proporcionais Diferidos 	Cônjuge informado	Cônjuge informado
<ul style="list-style-type: none"> Pensionistas 	Composição informada	Composição informada

O cálculo das provisões matemáticas de benefícios concedidos dos assistidos considera a composição familiar informada pela entidade.

Para os participantes aposentados a composição familiar corresponde ao cônjuge.

Para os pensionistas a composição familiar correspondente ao beneficiário vitalício mais jovem, o beneficiário temporário mais jovem e o número total de beneficiários elegíveis à pensão.

Foi realizado em 2019 estudo de aderência das hipóteses atuariais e estudo de convergência da taxa de juros para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas constantes nas redações da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, e da Instrução nº 10 de 30/11/2018.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

Taxa real anual de juros

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determinam a Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, a Instrução nº 10 de 30/11/2018 e a Portaria Previc nº 300/2019, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a convergência das hipóteses de

rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos de benefícios e contribuições do plano de 31/12/2018, elaborados com as hipóteses constantes no Parecer Atuarial de 2018 e segundo as regras do plano de benefícios estabelecidas no regulamento vigente em 31/12/2018.

Quando apurada a TIR dos passivos, foi obtido, com intervalo de confiança de 65%, suporte para a adoção da taxa real de juros de 4,15% para Plano de Benefícios Syngenta. Esta taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 300/2019 para esse plano (limite inferior: 4,08% a.a. e limite superior: 6,22%).

Sendo assim, a Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada e a patrocinadora do Plano de Benefícios Syngenta optaram por utilizar a taxa real anual de juros de 4,15 % na avaliação atuarial de 2019.

Esse estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal da Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada.

Fator de determinação do valor real ao longo do tempo

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Isso significa que nas projeções de longo prazo, haverá uma perda do poder aquisitivo dos salários e benefícios.

Esse Fator é calculado em função do nível de inflação estimado no longo prazo e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A projeção de inflação definida pelo Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson em setembro/2019 para a inflação oficial, medida pelo IPCA, considerou um horizonte de tempo de 10 anos e é de 3,80% a.a., indicando a adoção da hipótese do fator de determinação do valor real ao longo do tempo de 98%. Essa taxa de 3,80% a.a. foi mantida até o final de 2019.

O Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson utiliza o IPCA por ser o índice oficial do país, mais amplamente discutido e projetado.

Essa hipótese será revista anualmente com base na estimativa de inflação de longo prazo do Comitê de Investimentos local da Willis Towers Watson.

Para os salários, a adoção de um fator de 100% reflete a opção por se utilizar valores nominais no processo de avaliação atuarial, independente da inflação.

Hipóteses Biométricas e Demográficas

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrência de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

As hipóteses biométricas e demográficas utilizadas nesta avaliação são as indicadas no estudo de aderência de hipóteses atuariais realizado em 2019 pela Willis Towers Watson.

Regime Financeiro e Métodos Atuariais

Benefício	Regime	Método de Financiamento
Aposentadoria Antecipada	Capitalização	Capitalização Financeira
Aposentadoria Normal	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício Especial	Capitalização	Capitalização Financeira
Benefício Proporcional	Capitalização	Capitalização Financeira
Pecúlio por Invalidez	Capitalização	Capitalização Financeira
Pecúlio por Morte	Capitalização	Capitalização Financeira
Pensão por Morte	Capitalização	Capitalização Financeira

Comentários sobre métodos atuariais

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido na Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018.

Patrimônio Social

Com base no balancete da Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada de 31 de dezembro de 2019, o Patrimônio Social é de R\$ 1.425.225.341,27.

A Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada informou que todos os seus títulos estão enquadrados na categoria "Títulos para Negociação".

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do Plano de Benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada.

Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e Fundos

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2019 é a seguinte:

	(R\$)
2.3 Patrimônio Social	1.425.225.341,27
2.3.1 Patrimônio de Cobertura do Plano	1.407.995.706,98
2.3.1.1 Provisões Matemáticas	1.405.416.099,75
2.3.1.1.01 Benefícios Concedidos	351.842.048,08
2.3.1.1.01.01 Contribuição Definida	338.846.470,08
2.3.1.1.01.01.01 Saldo de Conta dos Assistidos	338.846.470,08
2.3.1.1.01.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	12.995.578,00
2.3.1.1.01.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados - Assistidos	8.581.835,00
2.3.1.1.01.02.02 Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados - Assistidos	4.413.743,00
2.3.1.1.02 Benefícios a Conceder	1.053.574.051,67
2.3.1.1.02.01 Contribuição Definida	1.052.723.106,67
2.3.1.1.02.01.01 Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es) / Instituidor(es)	621.590.328,14
2.3.1.1.02.01.02 Saldo de Contas - Parcela Participantes	431.132.778,53
2.3.1.1.02.02 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	850.945,00
2.3.1.1.02.02.01 Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	850.945,00
2.3.1.1.02.02.02 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
2.3.1.1.02.02.03 (-) Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
2.3.1.1.02.03 Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,00
2.3.1.1.02.04 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição de Capitais de Cobertura	0,00
2.3.1.1.02.05 Benefício Definido Estruturado em Regime de Repartição Simples	0,00
2.3.1.1.03 (-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
2.3.1.2 Equilíbrio Técnico	2.579.607,23
2.3.1.2.01 Resultados Realizados	2.579.607,23
2.3.1.2.01.01 Superávit Técnico Acumulado	2.579.607,23
2.3.1.2.01.01.01 Reserva de Contingência	2.579.607,23
2.3.1.2.01.01.02 Reserva Especial para Revisão de Plano	0,00
2.3.1.2.01.02 (-) Déficit Técnico Acumulado	0,00
2.3.1.2.02 Resultados a Realizar	0,00
2.3.2 Fundos	17.229.634,29
2.3.2.1 Fundos Previdenciais	14.384.311,98
2.3.2.1.01 Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar	8.781.558,03
2.3.2.1.02 Revisão de Plano	5.602.753,95
Revisão de Plano - Reserva Especial Participante 2011	2.671.420,67
Revisão de Plano - Reserva Especial Participante 2014	433,35
Revisão de Plano - Reserva Especial Participante 2016	35.278,12
Revisão de Plano - Reserva Especial Patrocinador 2019	1.940.935,30
Revisão de Plano - Reserva Especial Participante 2019	954.686,51
2.3.2.1.03 Outros - Previsto em Nota Técnica Atuarial	0,00
2.3.2.2 Fundos Administrativos	2.845.322,31
2.3.2.2.01 Plano de Gestão Administrativa	2.845.322,31
2.3.2.3 Fundos dos Investimentos	0,00

Duração do Passivo do Plano de Benefícios

A duração do passivo é de 8,63 anos (103 meses) e foi apurada com base nos resultados desta avaliação atuarial adotando a metodologia definida pela Previc na Instrução nº 10 de 30/11/2018, após preenchimento, pela entidade, dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquidos de contribuições referentes a assistidos incidentes sobre esses benefícios, no Sistema Venturo no site da Previc.

Reserva de Contingência

De acordo com o Art. 15 da Resolução CNPC nº 30, de 10/10/2018, o resultado superavitário deve ser destinado à constituição de reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:

- Limite da Reserva de Contingência = $[10\% + (1\% \times \text{duração do passivo do plano})] \times \text{Provisão Matemática}$

Limite Máximo	Limite pela fórmula	Menor limite	Limite da Reserva de Contingência
25%	$10\% + (1\% \times 8,63)$	18,63%	2.579.607,23

Ressaltamos que Provisões Matemáticas são as provisões cujo valor ou nível seja previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, deduzidas das respectivas provisões matemáticas a constituir.

Reserva Especial para Revisão de Plano

Em 31/12/2019, a Reserva Especial para Revisão de Plano antes de sua destinação monta a quantia de R\$ 2.895.621,81.

Temos o seguinte histórico da Reserva Especial para Revisão de Plano deste plano:

Encerramento do exercício em	Ano consecutivo de constituição	Reserva Especial	Valor destinado para o Fundo de Revisão	Reserva Especial após destinação para o Fundo de Revisão
31/12/2019	3º	2.895.621,81	2.895.621,81	-
31/12/2018	2º	1.358.276,61	-	-
31/12/2017	1º	991.353,00	-	-

A reserva especial de 31/12/2019 no valor de R\$ 2.895.621,81 está no seu 3º ano consecutivo de constituição. Conforme Resolução CNPC nº 30/2018, a revisão do plano é obrigatória após o decurso de três exercícios. Portanto, o valor da reserva especial foi revertido para Fundo Especial, sendo rateado entre participantes, assistidos e patrocinadora, na proporção das contribuições do período em que se deu a constituição da referida reserva.

Ajuste de Precificação

O Plano de Benefícios Syngenta apresenta reserva especial, no entanto não há títulos “marcados na curva”. Sendo assim, o ajuste de precificação definido na Resolução CNPC nº 30/2018 não é aplicável.

Regras de constituição e reversão dos fundos previdenciais

O valor constante da conta de patrocinadora que não for utilizado no cálculo dos benefícios e dos institutos previstos no regulamento compõe o Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo de Sobras de Contribuições). A Syngenta Previ formará ainda outros fundos em conformidade com a legislação vigente. Os referidos fundos serão contabilizados no programa previdencial e utilizados conforme previsto no plano de custeio anual aprovado pelo Conselho Deliberativo e fundamentado em parecer do Atuário.

Foram constituídos, nos exercícios de 2009, 2010 e 2011, os Fundos Previdenciais Revisão de Plano de Patrocinadora e de Participante e Assistido para destinação e utilização, facultativa em 2009 e 2010 e obrigatória em 2011, da Reserva Especial. Os valores dos fundos previdenciais de 2009/2010/2011 foram consolidados contabilmente.

Os Fundos Previdenciais Revisão de Plano de Patrocinadora 2011, 2014 e 2016 foram utilizados na sua totalidade para cobertura integral das contribuições normais da patrocinadora.

O Fundo Previdencial Revisão de Plano de Participante e Assistido constituídos em 2011, 2014 e 2016 foram segregados entre participante e assistido na proporção das suas reservas matemáticas individuais. O Fundo Previdencial de Revisão de Plano de Participante e Assistido vem sendo utilizado para redução integral das contribuições dos participantes contribuintes e para o assistido foi efetuado um pagamento adicional, nos termos previstos no regulamento do plano. Os participantes não contribuintes têm a sua cota parte creditada em contas individuais na forma prevista no regulamento.

Em 2019, constituímos os Fundos Previdenciais Revisão de Plano de Patrocinadora 2019 e de Participante e Assistido 2019 para destinação obrigatória da Reserva Especial e que serão atualizados pelo retorno dos investimentos a partir de janeiro de 2020. A reserva especial foi destinada para constituição dos fundos uma vez que o plano preenche as condições técnicas, dentre elas a taxa real anual de juro 1% abaixo da taxa de juros máxima (6,22%) e a tábua de mortalidade AT-2000 Basic suavizada em 10% segregada por sexo.

O Fundo Previdencial Revisão de Plano de Patrocinadora 2019 foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2019 e tem por finalidade a cobertura integral das contribuições normais da patrocinadora para o Plano de Benefícios Syngenta.

O Fundo Previdencial Revisão de Plano de Participante e Assistido 2019 foi constituído com parte da Reserva Especial de 31/12/2019 e será segregado entre participantes e assistidos na proporção das suas reservas matemáticas individuais de 31/12/2019, de acordo com o previsto no regulamento. Este Fundo será utilizado para redução integral das contribuições para o Plano de Benefícios

Syngenta, a partir do esgotamento do Fundo Previdencial Revisão de Plano de Participante constituído em 2011 e 2014 registrado no balancete de 31/12/2019. Para o assistido será efetuado um pagamento adicional, nos termos previstos no regulamento do plano. Os participantes não contribuintes terão a sua cota parte creditada em contas individuais na forma prevista no regulamento.

Os fundos descritos acima foram apurados com base na proporção das contribuições entre participantes e patrocinadora verificada nos anos de 2017, 2018 e 2019 equivalente a 32,97% e 67,03%, respectivamente, considerando as contribuições normais do plano.

Rentabilidade do Plano

O retorno dos investimentos de 2019 informado pela Syngenta Previ equivale a 16,64%. Esse percentual líquido da inflação anual de 4,48% (variação do INPC no ano de 2019) resulta em uma rentabilidade de 11,64%, que é superior à hipótese da taxa real anual de juros de 4,50% a.a. utilizada na avaliação atuarial de 2018. Por ser uma premissa de longo prazo, a divergência observada não justifica qualquer inferência sobre o ocorrido, entretanto, o monitoramento dessa hipótese está sendo feito anualmente na forma estabelecida na legislação vigente.

A rentabilidade do Plano demonstrada é referente apenas à parcela de benefício definido do plano.

Varição das Provisões Matemáticas

O quadro a seguir apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2019 comparado com o passivo atuarial encerrado em 31/12/2018 atualizado, pelo método de recorrência e constante do balancete do plano, para 31/12/2019.

	Valores em R\$ de 31/12/2019		Variação em %
	Reavaliado	Balancete	
Passivo Atuarial	1.405.416.099,75	1.405.360.576,86	0,00%
<i>Benefícios Concedidos</i>	351.842.048,08	351.820.743,62	0,01%
Contribuição Definida	338.846.470,08	338.846.470,08	0,00%
Benefício Definido	12.995.578,00	12.974.273,54	0,16%
<i>Benefícios a Conceder</i>	1.053.574.051,67	1.053.539.833,24	0,00%
Contribuição Definida	1.052.723.106,67	1.052.723.106,67	0,00%
Benefício Definido	850.945,00	816.726,57	4,19%

Comparando o Passivo Atuarial reavaliado no exercício encerrado no valor de R\$ 1.405.416.099,75 com a constante o balancete de 31/12/2019, a variação encontrada é de 0,004%.

Convém ressaltar que 0,99% (R\$ 13.846.523,00) do Passivo Atuarial de R\$ 1.405.416.099,75 é determinado atuarialmente com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela de benefício definido das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e à parcela das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativa aos benefícios de risco e/ou benefício mínimo. Os 99,01% restantes (R\$ 1.391.569.576,75) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e das patrocinadoras acrescidas do retorno dos

investimentos, cujas informações são de inteira responsabilidade da Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada.

Tendo em vista a natureza desse plano, as hipóteses adotadas, a movimentação da massa de participantes e os saldos de conta informados pela Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada consideramos aceitáveis as variações ocorridas para as parcelas de benefícios definidos.

Os compromissos atuariais variaram dentro do esperado, considerando a evolução da massa de participantes e as hipóteses selecionadas.

Principais riscos atuariais

Os riscos atuariais são monitorados através de estudos regulares de aderência de hipóteses, conforme legislação vigente, e podem ser mitigados através da adequação das hipóteses aos resultados desses estudos. As hipóteses que causam maior impacto são: taxa real anual de juros e tábua de mortalidade geral.

Soluções para Insuficiência de Cobertura

Não há insuficiência de cobertura.

Variação do resultado

O superavit aumentou de R\$ 3.961.651,74 em 31/12/2018 para R\$ 5.475.229,04 em 31/12/2019, antes da destinação da reserva especial.

Natureza do resultado

O aumento do superavit ocorrido no exercício de 2019 decorreu principalmente das oscilações favoráveis do patrimônio.

Soluções para equacionamento do deficit

Não há deficit a ser equacionado.

Plano de Custeio

Patrocinadoras

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001 a patrocinadora deverá, a partir de 01/01/2020, efetuar contribuições normais definidas para a Plano em 10,90%, considerando o percentual máximo de contribuição dos participantes, da folha de salários de participação.

As despesas administrativas orçadas em 0,55% da folha de salários de participantes ativos, autopatrocinados e BPDs poderão ser custeadas pelo Fundo Administrativo.

O Fundo Previdencial Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar (Fundo do Sobras de Contribuições) será utilizado para custear as contribuições normais de patrocinadora durante o exercício de 2020. Esgotando o fundo a patrocinadora efetuará contribuições previstas nesse parecer.

Participantes

As contribuições mensais dos participantes foram estimadas em 31/12/2019 em 5,45% da folha de salários, considerando o percentual máximo de contribuição, sobre a folha de salários de participação e serão efetuadas pela reversão mensais dos Fundos Previdenciais Revisão de Plano de Participante ou na forma prevista no regulamento do plano conforme o caso, observado o que couber a cada participante na divisão do Fundo Previdencial Revisão de Participante efetuada em conformidade com a norma vigente e referida neste parecer.

A utilização dos Fundos Previdenciais de Revisão de Plano de Participante e Assistidos será interrompida na hipótese prevista na norma aplicável, no regulamento do plano ou em razão de sua extinção.

Autopatrocinados

As contribuições mensais dos participantes deverão ser praticadas conforme previsto no Regulamento do plano, que foram estimadas em 31/12/2019 em 6,32% da folha de salários dos autopatrocinados e serão efetuadas pela reversão mensais dos Fundos Previdenciais Revisão de Plano de Participante ou na forma prevista no regulamento do plano conforme o caso, observado o que couber a cada autopatrocinado na divisão do Fundo Previdencial Revisão de Participante efetuada em conformidade com a norma vigente e referida neste parecer.

A utilização dos Fundos Previdenciais de Revisão de Plano de Participante será interrompida na hipótese prevista na norma aplicável, no regulamento do plano ou em razão de sua extinção.

Os participantes que optarem pelo instituto do autopatrocínio pagarão, para cobertura das despesas administrativas do plano, os mesmos percentuais indicados para a patrocinadora aplicado sobre o respectivo salário de participação.

Benefícios Proporcionais Diferidos

Os participantes que optarem pelo instituto do benefício proporcional diferido assumem, para cobertura das despesas administrativas do plano, o mesmo percentual indicado para a patrocinadora aplicado sobre o respectivo salário de participação.

Tendo em vista a natureza do plano e a vinculação, nesse tipo de plano, da contribuição patronal com os fatos efetivamente ocorridos tais como salários realmente pagos, contribuição realizada pelo participante e índice de adesão ao plano, as taxas de contribuição definida apresentadas neste parecer são estimativas, podendo, portanto, deixar de coincidir com as taxas efetivamente praticadas.

Fonte dos Recursos

A seguir temos os valores estimados das contribuições a serem realizadas para o plano de benefícios pelos participantes, assistidos e patrocinadores em reais e em percentual da folha de participação.

	Participantes		Assistidos		Patrocinador	
	Em R\$	Em % da folha	Em R\$	Em % da folha	Em R\$	Em % da folha
Total de Contribuições Previdenciárias	20.877.367,41	5,45%	-	-	41.754.734,82	10,90%
▪ Normais	20.877.367,41	5,45%	-	-	41.754.734,82	10,90%
▪ Extraordinárias	-	-	-	-	-	-
- Deficit Equacionado	-	-	-	-	-	-
- Serviço Passado	-	-	-	-	-	-
- Outras Finalidades	-	-	-	-	-	-
Utilização de Fundos	-	-	-	-	-	-
▪ Exigência Regulamentar	-	-	-	-	-	-
▪ Destinação de Reserva	-	-	-	-	-	-

Conclusão

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Benefícios Syngenta da Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada, informamos que o plano está solvente, tendo suas obrigações integralmente cobertas pelo Patrimônio de Cobertura do Plano.

As provisões matemáticas apresentadas neste parecer são estimativas e baseadas em premissas sobre eventos futuros. Determinadas regras do plano, julgadas imateriais do ponto de vista atuarial, não são avaliadas. Outras regras são calculadas por aproximação na avaliação atuarial para apuração dos compromissos do plano. A Willis Towers Watson adota aproximações em seus cálculos que, de acordo com sua avaliação, não resultam em diferença expressiva em relação aos resultados que seriam obtidos usando cálculos mais detalhados ou dados mais precisos.

As premissas atuariais adotadas foram determinadas através de estudos de aderência elaborados conforme a legislação vigente.

Futuras avaliações atuariais podem apresentar resultados diferentes dos registrados neste parecer devido a diversos fatores, dentre eles destacamos: experiência do plano diferente da prevista nas premissas econômicas ou demográficas; alteração nas premissas econômicas ou demográficas; mudança nas regras do plano e/ou na legislação; e eventos significativos ocorridos nas patrocinadoras, tais como reestruturações, aquisições e alienações.

Os resultados apresentados neste parecer estão diretamente vinculados à precisão e integridade dos dados e informações de responsabilidade da entidade e suas patrocinadoras.

Este parecer atuarial foi elaborado para a Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2019. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com o Syngenta Previ - Sociedade de Previdência Privada em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2020.

Gesiane de Mattos Cavalcante Moreira
MIBA nº 889

Letícia Barcellos Sampaio
MIBA nº 2.259

As demonstrações contábeis da Syngenta Previ, auditadas pela Fernando Motta Auditores, e a respectiva avaliação atuarial elaborada pela Willis Towers Watson, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram devidamente aprovadas sem restrições pela Diretoria-Executiva, reunida em 23 de março de 2020, e pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo, em reuniões realizadas em 24 de março de 2020.

Pareceres da Administração



SYNGENTA PREVI – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CNPJ Nº 58.494.329/0001-36
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO DE 24/3/2020

No dia 24 de março de 2020, às 14 horas, na sede social na Av. das Nações Unidas, nº 18.001, 3º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Deliberativo da Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Valdemar Luis Fischer, que convidou a mim, Sônia Maria Casini Fortes Silva, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2019.

ESCLARECIMENTOS: De acordo com as disposições estatutárias vigentes da Syngenta Previ, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. Preliminarmente, o Sr. Presidente informou que a presente reunião tem por objetivo deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2019, as quais foram elaboradas conforme determina a legislação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar. O Sr. Presidente elucidou que é responsabilidade deste Conselho analisar as Demonstrações Contábeis, bem como os demais documentos encaminhados pela Diretoria Executiva para manifestação. Nesse sentido, destacou que a documentação pertinente foi previamente avaliada pelos integrantes do Conselho Fiscal da Syngenta Previ, os quais emitiram Parecer favorável. Para atendimento à legislação, o Sr. Presidente apresentou aos presentes os documentos encaminhados pela Diretoria Executiva. Finalizando a reunião, o Sr. Presidente lembrou que, após análise e manifestação por este Colegiado, a Diretoria Executiva da Syngenta Previ será responsável pelo envio dos documentos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc por meio do Sistema de Captação de Dados Contábeis e de Investimentos - Sicadi, disponibilizado pela Previc em seu sítio eletrônico, até o dia 31/3/2020.

DELIBERAÇÃO: Após análise e amplo debate entre os membros presentes, foram aprovadas, por unanimidade, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2019, as quais refletem que as operações financeiras e contábeis da Syngenta Previ no referido exercício foram realizadas de forma escorreita, restando consignada nesta ata de reunião a manifestação

favorável deste Conselho Deliberativo em relação aos documentos encaminhados pela Diretoria Executiva.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

Valdemar Luis Fischer
Presidente e Conselheiro repres.
patrocinadoras

Cinthia Galetti Bossi
Vice-Presidente e Conselheira repres.
patrocinadoras

Roberto Bronzere
Conselheiro repres. patrocinadoras

Filipe Davila Mello B. Guimaraes
Conselheiro repres. patrocinadoras

Amauri Peloia
Conselheiro efetivo repres. participantes

Laercio Valentim Giampani
Conselheiro efetivo repres. participantes

Sônia Maria Casini Fortes Silva
Secretária

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às obrigações estatutárias que lhe são conferidas pelo Estatuto e pela legislação vigente aplicável, os membros do Conselho Fiscal da Syngenta Previ reuniram-se nesta data para apreciar as operações financeiras e contábeis referentes ao exercício findo em 31/12/2019, bem como os atos e as contas apresentadas pela Diretoria Executiva da Syngenta Previ por meio dos documentos exigidos pela legislação em vigor.

Examinados os documentos apresentados foi constatado por este Conselho que as contas encontram-se exatas e atendem ao disposto nas normas contábeis e financeiras aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, bem como no Estatuto da Syngenta Previ, razão pela qual os membros deste Conselho emitem o presente Parecer, favorável às informações constantes das Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31/12/2019.

São Paulo, 24 de março de 2020.

Mario Henrique Silva Ferreira
Presidente

Hugo Steinberg
Conselheiro efetivo repres.
patrocinadoras

Pedro Paulo Nogueira Eisenmann
Conselheiro efetivo repres. participantes e
assistidos

SYNGENTA PREVI – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CNPJ Nº 58.494.329/0001-36
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DE 24/3/2020

No dia 24 de março de 2020, às 10 horas, na sede social na Av. Nações Unidas, nº 18.001, 3º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros do Conselho Fiscal da Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Mario Henrique Silva Ferreira, Presidente, que convidou a mim, Hugo Steinberg, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA: Apreciar, para posterior emissão de Parecer, as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31/12/2019.

ESCLARECIMENTOS: De acordo com as disposições estatutárias vigentes, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. Preliminarmente, o Sr. Presidente informou que a presente reunião tem por objetivo deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2019, as quais foram elaboradas em conformidade com a legislação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar. Em continuidade, destacou que é responsabilidade deste Conselho analisar as Demonstrações Contábeis, bem como os demais documentos encaminhados pela Diretoria Executiva para a emissão de Parecer. Com a finalidade de cumprimento às disposições legais, o Sr. Presidente apresentou aos Conselheiros presentes os documentos encaminhados pela Diretoria Executiva, permitindo-lhes a análise necessária.

DELIBERAÇÃO: Após a análise dos documentos encaminhados pela Diretoria Executiva, este Conselho verificou que as contas apresentadas estão em conformidade com o disposto na legislação vigente aplicável, sendo aprovada, por unanimidade, a emissão de um Parecer favorável às Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2019.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

Mario Henrique Silva Ferreira
Presidente

Hugo Steinberg
Conselheiro efetivo repres.
patrocinadoras/Secretário

Pedro Paulo Nogueira Eisenmann
Conselheiro efetivo repres. participantes de
assistidos

SYNGENTA PREVI – SOCIEDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
CNPJ Nº 58.494.329/0001-36
ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA DE 23/3/2020

No dia 23 de março de 2020, às 10 horas, na sede social na Av. Nações Unidas, nº 18.001, 3º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, reuniram-se os membros da Diretoria Executiva da Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada, abaixo assinados. Assumiu a presidência dos trabalhos a Diretora-Superintendente, Sra. Sônia Maria Casini Fortes Silva, que convidou a mim, Lia Naomi Kunyoshi Osako, para secretariar a presente reunião, passando-se à deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2019.

ESCLARECIMENTOS: De acordo com as disposições estatutárias vigentes da Syngenta Previ, foram abertos os trabalhos e constituída a Mesa. Inicialmente, a Sra. Diretora-Superintendente informou que o objetivo da presente reunião é deliberar sobre as Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ relativas ao exercício findo em 31/12/2019, as quais foram elaboradas em consonância com a legislação vigente aplicável às entidades fechadas de previdência complementar. A Sra. Diretora-Superintendente esclareceu que as Demonstrações Contábeis, em conjunto com os demais documentos exigidos pela legislação, serão encaminhadas aos Conselhos Fiscal e Deliberativo para conhecimento e manifestação e, posteriormente à manifestação dos Conselhos, esta Diretoria será responsável pelo envio dos documentos à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc por meio do Sistema de Captação de Dados Contábeis e de Investimentos - Sicadi, disponibilizado pela Previc em seu *sítio* eletrônico, até o dia 31/3/2020.

DELIBERAÇÃO: Após análise e discussão pelos membros presentes, foi aprovado, por unanimidade, o encaminhamento das Demonstrações Contábeis da Syngenta Previ, relativas ao exercício findo em 31/12/2019, bem como dos demais documentos exigidos na legislação vigente aplicável aos Conselhos Fiscal e Deliberativo para análise e manifestação.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, encerrou-se a reunião para lavratura da ata que depois de lida e aprovada vai pelos presentes assinada.

Sônia Maria Casini Fortes Silva
Diretora-Superintendente

Lia Naomi Kuniyoshi Osako
Diretora/Secretária

Roberto Bronzere
Diretor

Entenda o significado dos principais termos utilizados nesta edição.

Glossário



Glossário

ABONO ANUAL

A 13ª (décima terceira) parcela anual do benefício pago em forma de renda mensal a assistido do plano de benefícios.

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)

Dirigente da entidade fechada de previdência complementar responsável civil, criminal e administrativamente pela gestão, alocação, supervisão, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos de benefícios, bem como pela prestação de informações relativas à aplicação dos mesmos, sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais administradores.

ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS (ARPB)

Dirigente da entidade fechada de previdência complementar responsável pela validação dos dados cadastrais e demais informações referentes ao passivo atuarial utilizadas na avaliação atuarial, assim como pela gestão do fundo administrativo da entidade.

ASSISTIDO

Participante de plano de benefícios, ou seu beneficiário, em gozo de benefício de prestação continuada.

AUTOPATROCÍNIO

Instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do seu vínculo empregatício com a patrocinadora ou associativo com o instituidor antes de ser elegível a benefícios, continuar participando do plano, mantendo sua contribuição anterior e assumindo a contribuição da patrocinadora. Nessa hipótese, o regulamento pode prever o pagamento de custeio administrativo.

BALANÇO PATRIMONIAL

É o documento que apresenta a posição do patrimônio da entidade em 31 de dezembro, sempre comparando-o ao resultado do ano anterior. É composto pelo Ativo, que representa o conjunto dos bens e direitos da entidade

(aplicação dos recursos), e pelo Passivo, que representa as obrigações da entidade (origem dos recursos).

BENCHMARK

Medida de referência para rentabilidade e risco de investimentos, estabelecida como padrão de comparação para análise de desempenho na gestão dos recursos do plano.

BENEFICIÁRIO

Dependente do participante, ou pessoa por ele designada, inscrito no plano de benefícios nos termos do regulamento, para fins de recebimento de benefícios por ele oferecidos.

BENEFÍCIO

Toda e qualquer prestação assegurada pelo plano de benefícios aos seus participantes e respectivos beneficiários, na forma e condições estabelecidas no regulamento.

BENEFÍCIO PROPORCIONAL DIFERIDO (BPD)

Instituto que faculta ao participante, em razão da cessação de seu vínculo empregatício com a patrocinadora ou associativo com o instituidor antes de ser elegível a benefícios, interromper suas contribuições ao plano até iniciar o recebimento do benefício. Nessa hipótese, o regulamento pode prever o pagamento de custeio administrativo.

CDI

Certificado de Depósito Interbancário. É uma espécie de Certificado de Depósito Bancário (títulos que os bancos lançam para captar dinheiro no mercado). A sua função é transferir dinheiro de um banco para outro. É a mais conhecida referência para investimentos de renda fixa.

CONSELHO DELIBERATIVO

Órgão máximo da estrutura organizacional da entidade fechada de previdência complementar, responsável pela

definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios.

CONSELHO FISCAL

É um órgão de governança que informa, opina, sugere e relata, sem, no entanto, exercer a administração ativa do fundo de pensão. Também tem papel controlador, fiscalizador e relator. O Conselho Fiscal opina sobre a administração da entidade e seus aspectos organizacionais, contábeis, econômico-financeiros e atuariais.

CONTRIBUIÇÃO

Aporte em dinheiro para custear o plano de benefícios. Pode ser feita pelo participante ou pela empresa patrocinadora.

COTA

Parcelas de idêntico valor em que se divide o patrimônio da entidade, que variam ao longo do tempo em função da rentabilidade líquida dos investimentos.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

É o documento contábil elaborado para evidenciar em determinado período (normalmente a data do Balanço Patrimonial), de forma consolidada e também por Plano de Benefícios, a movimentação (entradas e saídas) das contas que compõem o ativo líquido da Entidade.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

A finalidade deste documento é demonstrar as modificações ocorridas durante o exercício em todas as contas que compõem o patrimônio líquido. Faz clara indicação do fluxo de uma conta para outra e indica a origem e o valor de cada acréscimo ou diminuição no patrimônio líquido durante o exercício.

DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Documento que mostra os valores das obrigações presentes e futuras do Plano de Benefícios.

DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

É o documento contábil que apresenta a posição financeira das contas patrimoniais que compõem o ativo líquido e também o patrimônio social. Este documento deve

ser elaborado e apresentado por Plano de Benefícios, e sua data-base deve acompanhar a data em que está posicionado o Balanço Patrimonial.

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

É o documento que demonstra a movimentação realizada nas contas administrativas da Entidade, apresentando, de forma clara e objetiva, todas as alterações que influenciaram o resultado do fundo administrativo.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estão apresentadas em atendimento às disposições legais, sendo compostas pelos seguintes documentos: Relatório dos auditores independentes; Balanço patrimonial consolidado; Demonstração da mutação do patrimônio social consolidada; Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada; Demonstração do ativo líquido dos planos de benefícios; Demonstração da mutação do ativo líquido dos planos de benefícios; Demonstração das provisões técnicas dos planos de benefícios; e Notas explicativas às demonstrações contábeis.

DEPENDENTE

Pessoa ligada ao participante e que poderá ter direito a benefícios previstos no plano, de acordo com as normas estabelecidas em regulamento e estatuto próprio.

DIRETORIA-EXECUTIVA

Órgão que compõe a estrutura mínima obrigatória de uma EFPC e é responsável pela sua administração, em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo.

ELEGÍVEL

Condição do participante ou beneficiário de plano de benefícios que cumpriu os requisitos necessários à obtenção de benefício oferecido pelo plano nos termos do respectivo regulamento.

ENTIDADE ABERTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (EAPC)

Empresa constituída sob a forma de sociedade anônima que tem por objetivo instituir e operar planos de benefícios de caráter previdenciário, acessíveis a quaisquer pessoas físicas.

ENTIDADE FECHADA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (EFPC)

Sociedade civil ou fundação que tem por objeto instituir planos privados de concessão de benefícios. Diferencia-se da entidade aberta de previdência complementar (EAPC) por não ter fins lucrativos e destinar-se somente a pessoas vinculadas a suas patrocinadoras ou instituidoras. Popularmente conhecida como fundo de pensão.

ESTATUTO DA ENTIDADE

Conjunto de normas e regras que fixam os princípios institucionais do fundo de pensão. Nele constam as diretrizes que devem ser seguidas com relação a aspectos jurídicos, administrativos, financeiros etc.

FUNDO ADMINISTRATIVO

Fundo para cobertura de despesas administrativas a serem realizadas pela entidade fechada de previdência complementar na administração dos seus planos de benefícios, na forma do regulamento.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Sistema implantado no âmbito da EFPC, que consiste na adoção de princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos capazes de possibilitar o pleno cumprimento de seus objetivos.

IBOVESPA E IBrX

Índices que acompanham a evolução média das cotações de ações negociadas na bolsa de valores brasileira (B3). São as referências mais conhecidas para investimentos de renda variável.

INFLAÇÃO

Variação de preços de produtos e serviços expressa em percentual para determinado período de tempo (por exemplo, "a inflação foi de 0,75% em março"). É a referência para calcular o rendimento real dos investimentos e para o participante conferir o poder de compra de seu dinheiro. A inflação oficial do Brasil é medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social)

Autoridade federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, que administra o Regime Geral da Previdência Social, sendo responsável pelo pagamento da aposentadoria,

pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente, entre outros benefícios previstos em lei.

META ATUARIAL

Parâmetro mínimo desejado para o retorno de investimentos, geralmente fixado como sendo a taxa real de juros adotada na avaliação atuarial conjugada com o índice do plano.

NOTAS EXPLICATIVAS

Comentário incluído nas demonstrações financeiras, que visa explicar mais detalhadamente as atividades operacionais, a situação contábil e outros fatos financeiros considerados relevantes.

PARECER ATUARIAL

É o resultado de um estudo técnico (avaliação atuarial) realizado anualmente nos planos de benefícios administrados pela Entidade. Este documento é elaborado e assinado por um atuário (profissional especializado em previdência) e deve trazer todas as informações pertinentes ao estudo realizado, como os principais resultados, as hipóteses utilizadas e, principalmente, a conclusão do atuário em relação ao estudo. As informações estatísticas e financeiras dos planos e suas respectivas regras regulamentares também são fundamentais para o estudo, que tem como objetivo principal avaliar a saúde financeira dos planos e determinar os custos que serão praticados no ano seguinte.

PARTICIPANTE

Pessoa física que adere ao plano de benefícios administrado pela entidade fechada de previdência complementar.

PATRIMÔNIO DO PLANO

É o conjunto dos bens destinados à cobertura dos benefícios prometidos, normalmente na forma de cotas de fundos de investimento, ações, debêntures, imóveis, títulos do governo e outros.

PATROCINADORA

Empresa ou grupo de empresas, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas que instituem, para seus empregados ou servi-

dores, plano de benefícios de caráter previdenciário, por intermédio de EFPC.

PECÚLIO

Montante a ser pago de uma só vez ao beneficiário, quando ocorrer morte do participante, na forma estipulada no estatuto ou regulamento da entidade.

PENSÃO

Benefício conferido ao beneficiário na eventualidade de falecimento do participante, observadas as condições do regulamento do plano de benefícios.

PENSIONISTA

Beneficiário em gozo de pensão pelo plano de benefícios.

PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

Plano cujo participante conhece, no momento da adesão, o valor do benefício prefixado ou estabelecido em fórmula de cálculo conforme o regulamento. O benefício independe de saldo acumulado individual, e as contribuições são desconhecidas previamente pelo participante, podendo variar até a data da aposentadoria. Poucos planos pertencem a esta categoria atualmente.

PLANO DE BENEFÍCIOS

Conjunto de direitos e obrigações reunidos em um regulamento com o objetivo de pagar benefícios previdenciais ou assistenciais aos seus participantes e beneficiários, mediante a formação de poupança advinda das contribuições de patrocinadores e participantes e da rentabilidade dos investimentos. Possui independência patrimonial, contábil e financeira.

PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

É um plano cuja característica principal é o conhecimento prévio da contribuição que será efetuada pelo participante e pela patrocinadora até a data da aposentadoria. O benefício será determinado de acordo com o saldo dessas contribuições, acrescido da rentabilidade dos investimentos. A maioria dos planos pertence a esta categoria atualmente.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Documento elaborado e aprovado no âmbito da EFPC, com observância da legislação e de acordo com os compromissos atuariais do plano de benefícios, com o intuito de definir a estratégia de alocação dos recursos garantidores do plano no horizonte de no mínimo cinco anos, com revisões anuais.

PORTABILIDADE

Instituto que faculta ao participante, em razão da cessação do seu vínculo empregatício com a patrocinadora ou associativo com o instituidor antes de ser elegível a benefícios, portar os recursos financeiros correspondentes ao seu direito acumulado para outro plano operado por entidade de previdência complementar.

PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar)

Autarquia Federal vinculada ao Ministério da Fazenda com as funções de fiscalização e de supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar.

REGIME TRIBUTÁRIO PROGRESSIVO

Forma de tributação de benefícios ou resgates de plano de benefícios conforme a tabela progressiva do imposto de renda na fonte. É a mesma tabela aplicável aos rendimentos do trabalho assalariado.

REGIME TRIBUTÁRIO REGRESSIVO

Regime de tributação criado para o sistema de previdência complementar, facultado aos participantes de plano de benefícios estruturados na modalidade de contribuição definida ou de contribuição variável, mediante opção expressa, pelo qual o recebimento é tributado com base em alíquotas regressivas conforme o tempo de acumulação dos recursos.

REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS

Conjunto de dispositivos jurídicos que definem as condições, direitos e obrigações do participante, do patrocinador ou instituidor do plano de benefícios.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

É o documento resultante da auditoria realizada anualmente na Entidade. O relatório do auditor indepen-

dente é elaborado e assinado por um contador. Deve expressar sua opinião sobre as demonstrações contábeis e, principalmente, se as referidas demonstrações refletem a realidade e se estão de acordo com a legislação e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

RENDA FIXA

Rendimento discriminado anteriormente e geralmente expresso no corpo do título. CDB, LTN, cadernetas de poupança e títulos de crédito possuem renda fixa, que pode ser inteiramente prefixada ou vinculada à correção monetária.

RENDA MENSAL

Benefício do plano em forma de recebimentos continuados, de valor que considera o saldo acumulado e a rentabilidade dos investimentos, no caso de plano de contribuição definida.

RENDA VARIÁVEL

Aplicação na qual o retorno não tem uma relação rígida com algum indicador de mercado. Depende, portanto, da evolução da cotação do ativo nos mercados organizados, como a bolsa de valores.

RENDIMENTO LÍQUIDO

Em aplicações financeiras, é o conjunto de ganhos obtidos numa operação após o desconto do imposto de renda.

RENDIMENTO REAL

Em aplicações financeiras, é o conjunto de ganhos obtidos numa operação após o desconto da inflação.

RENTABILIDADE

Taxa de retorno de um investimento calculada pela razão entre o valor do acréscimo obtido e o valor inicial do investimento. Via de regra, a rentabilidade é inversamente proporcional à segurança do investimento e liquidez.

RESGATE

Instituto que faculta ao participante, após a cessação do seu vínculo empregatício com o patrocinador, ou associativo com o instituidor, e antes de ser elegível a benefícios, desligar-se do plano e optar por receber de volta o valor atualizado de suas contribuições pessoais ao plano. Nessa hipótese, o regulamento pode prever o desconto das parcelas de custeio administrativo e dos benefícios de risco.

RISCO DOS INVESTIMENTOS

Possibilidade de ocorrência de perda em virtude de desvio na meta estabelecida, provocado por acontecimento aleatório.





Sociedade de Previdência Privada
31 anos com você

EXPEDIENTE

Relatório Anual de Informações de 2019 é uma publicação da **Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada**, dirigida aos participantes do Plano de Benefícios da Entidade. Para mais esclarecimentos, entre em contato com a Syngenta Previ por meio dos telefones + 55 (11) 5643-2146/2235 ou envie um e-mail para syngenta.previ@syngenta.com

Coordenação geral dos trabalhos, projeto gráfico e editorial:



Jusivaldo Almeida dos Santos
JSANTOS Consultores Associados Ltda.
www.jsantosconsultores.com.br

Syngenta Previ

Sociedade de Previdência Privada
31 anos com você

Syngenta Previ – Sociedade de Previdência Privada

CNPJ: 58.494.329/0001-36

Av. das Nações Unidas, 17.007 - Torre Sigma - 11º andar
Várzea de Baixo - São Paulo - SP - 04730-300

Tel.: + 55 (11) 5643-2146/2235

E-mail: syngenta.previ@syngenta.com

www.syngentaprevi.com.br